

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ALDENICE CORREA DUARTE**

**O ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO  
DE SÃO LUÍS-MA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

São Luís  
2022

**ALDENICE CORREA DUARTE**

**O ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO  
DE SÃO LUÍS-MA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof.º Dr. José Aquino Júnior

São Luís  
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Duarte, Aldenice Correa.

O ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO  
LUÍS-MA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS / Aldenice Correa  
Duarte. - 2022.

99 p.

Orientador(a): Profº Dr. José Aquino Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade  
Federal do Maranhão, 2022.

1. Animais domésticos. 2. Geografia animal. 3.  
Impactos ambientais. 4. Saúde pública. I. Aquino Júnior,  
Profº Dr. José. II. Título.

**ALDENICE CORREA DUARTE**

**O ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO MUNÍCIPIO DE SÃO LUÍS-MA E  
SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

**Aprovada em: São Luís, 30/06/2022.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.º Dr. José Aquino Júnior**

Universidade Federal do Maranhão (DGEO/CCH/UFMA)  
Orientador

---

**Prof.º Dr. Marcelino Silva Farias Filho**

Universidade Federal do Maranhão (DGEO/CCH/UFMA)  
Avaliador interno

---

**Prof.ª Dra. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo**

Universidade Federal do Maranhão (DPSI/CCH/UFMA)  
Avaliador externo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado forças e sabedoria para passar no seletivo do Mestrado, e ter me dado mais força ainda e muita persistência para ter chegado aqui, não ter deixado eu desistir nos momentos de fraquezas. A Ti Pai, toda honra e glória.

Agradeço ainda, a minha querida cadela boneca (em memória), que foi a minha maior inspiração. Foi através do resgate dela, que tive a ideia de desenvolver algo relacionado aos animais abandonados. Foi tão curto seu tempo ao meu lado, foi tão triste sua ida, mas ficou marcado para sempre na minha vida.

A minha pequena Maria Alice que junto com o Mestrado veio essa preciosidade e que, no auge dos cumprimentos dos créditos, ela deu o ar da graça de nascer, e vem acompanhando essa jornada com muita graça e sempre serelepe. Foi difícil, mas nós conseguimos. Ao meu marido, Fábio de Paulo por sempre ter me ajudado, principalmente, nos momentos mais complicados. Soube lidar com meus desânimos, frustrações, lágrimas e mau humor. Cuidou muito bem, de mim e da nossa filha. Amo muito vocês dois.

Sou muito grata também, a minha mãe (Iolanda), Irmãs (Sandra e Alessandra), e ao meu pai (Adelmir), por terem me ajudado, como sempre, me dando forças para não desistir, muitos conselhos e terem ficado com nossa Alice algumas vezes para que eu pudesse trabalhar em cima desse estudo. Amo vocês.

Ao meu querido orientador José Aquino Júnior que soube reconhecer meus percalços, minhas incertezas, dificuldades, e principalmente, a minha maternidade. Me acolheu de forma tão carinhosa que nunca vou esquecer. E sem falar que aceitou mergulhar nessa aventura junto comigo, dois leigos no assunto, mas soubemos trilhar por esse caminho de incertezas e aprendemos muito com tudo isso. Você foi mais que um professor durante esses dois anos de mestrado, foi um grande amigo que vou levar para sempre comigo.

A professora Irezer Portela pelo apoio incondicional. Foi de fundamental importância para o desenvolvimento desse estudo, nos abriu muitos caminhos, nos forneceu muitos conhecimentos acerca do assunto que muitas das vezes desconhecíamos. Um amor de pessoa, que merece tudo de muito bom nessa vida. Muito obrigada pelo caminho que você trilhou conosco.

Sou muito grata também, a todas as ONGs, Projeto, Protetores Independentes das colônias, aos Protetores que fazem intervenção nas feiras, aos órgãos públicos e privado, por terem nos recebido tão bem, terem nos fornecido tantos dados importantes para a elaboração desse estudo, nos acolheram e contribuíram muito. Muito Obrigado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelos ensinamentos, e carinho durante toda a trajetória. Vocês são incríveis e únicos.

Um agradecimento mais que especial, a aquele que encabeçou tudo, desde os meus primeiros passos no desenvolvimento desse estudo, que desde que entrei na UFMA, quem vem me dando suporte tanto na graduação, assim como na pós-graduação. Marcelino Silva Farias Filho, você como sempre estará presente em minha vida acadêmica e pessoal, uma pessoa que vou levar sempre no coração.

Aos meus amigos Willane, Marcos, Raymara, Brenna, Ian, Denison, Vitória e Tereza, que antes e durante o curso, me ajudaram de alguma forma. E também, não poderia deixar de agradecer a todos os membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Edafologia e Pedologia (GEPEPE).

A todos os citados e não citados, meu muito obrigado por tudo, nós conseguimos.

## PREFÁCIO

Este estudo foi desenvolvido em homenagem a uma cadela, denominada carinhosamente, de boneca (em memória). Após a realização de estudos sobre saneamento básico em São Luís, no ano de 2015 na vala da macaúba. Ainda filhote foi acolhida, e tive o privilégio de conviver com ela por um pequeno período de um pouco mais de 2 anos.

No decorrer desse tempo, levei boneca diversas vezes ao veterinário para ser vermifugada e receber outras medicações, e em nenhum momento fui informada das vacinas que ela precisava tomar para evitar certas zoonoses. Consequentemente, 1 ano após ela está comigo, descobrir que tinha leishmaniose, pesquisei muito sobre, fiquei desesperada porque não queria perder alguém que já fazia parte de todos os meus planos. Realizamos vários exames de sangue, testes rápidos, e logo recorri a vários medicamentos, dentre eles o Milteforan que tratava a zoonose. A doença estabilizou, estava tudo bem até se passarem uns 6 meses, a zoonose voltou, e voltou mais forte. Então, no desespero, levei em duas clínicas distintas, onde em uma delas o veterinário recomendou a eutanásia, pois ela já se encontrava em sofrimento, com os rins bastante debilitados. Não se alimentava mais e muito menos bebia água, estava desesperada. E para polpa-la de tamanho sofrimento, que já estava passando, realizamos o procedimento da eutanásia. Retornei para casa com ela nos meus braços e a enterrei.

Uma semana após o ocorrido, passando de ônibus pelo mesmo lugar aonde a encontrei, tive a ideia de realizar um estudo que abordasse a questão do abandono de animais no Município e seus impactos socioambientais. Era para ter sido minha monografia no ano de 2018, entanto não daria tempo de desenvolvê-la.

Assim sendo, em uma conversa com o Marcelino, o mesmo sugeriu que o estudo fosse submetido em uma seleção de mestrado, pois seria de extrema importância, já que na Geografia ainda não tinha nada relacionado. Então, foi aí que fiz todo o processo seletivo e obtive êxito na segunda tentativa para entrar no mestrado, e hoje estou aqui com o estudo elaborado e já tenho planos para prosseguir com ele e produzir outros relacionados a causa animal.

## RESUMO

No Maranhão, há grande lacuna entre o preconizado pelas políticas públicas e as ações efetivas voltadas aos animais abandonados. Ainda que, a Lei Estadual de Proteção aos Animais, (nº 10.412, de 2016) determine alguns objetivos fundamentais no cuidado com a causa animal, é muito comum presenciar a irresponsabilidade por parte de alguns indivíduos que abandonam seus animais domésticos, ocasionando graves problemas aos animais e à saúde pública. Neste sentido, a pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender as políticas públicas e ações da sociedade que visem ponderar os riscos e os agravantes do abandono de cães e gatos no Município de São Luís, e a partir deste entendimento dar ênfase na análise e caracterização das áreas envolvidas com esta temática. Este estudo parte da hipótese de que há ineficácia de políticas públicas voltadas para a proteção de animais domésticos, como também de que existem vários pontos de abandono destes animais em vias públicas, o que, conseqüentemente, está afetando a saúde destes animais como a saúde humana. Diante desta situação, este estudo objetiva analisar os impactos ambientais derivados do abandono de cães e gatos no Município de São Luís -MA. Utilizando-se da pesquisa quanti-qualitativa, o estudo utilizou a Análise de Conteúdo como ferramenta metodológica de análise dos dados. Diante dos resultados obtidos, por meio das entrevistas e das atividades de campo realizadas, pode-se concluir que, existem várias áreas de abandono e abrigos inadequados no município de São Luís; alguns abrigos se estabeleceram em ambientes com carência em infraestrutura e com pouca segurança, tanto para os animais quanto para os Protetores; há muitos animais abandonados nas feiras livres de São Luís. No momento do desenvolvimento da pesquisa, não houve política pública ativa voltada para acolhimento mais efetivo nos abrigos públicos; houve no mesmo período ausência de fomento para os órgãos públicos direcionados a causa animal; um dos órgãos públicos entrevistado se autossustenta, através das consultas, exames, cirurgias e internações; e o “castra móvel” foi encontrado desativado. Foi possível evidenciar também um convívio de forma direta da população com os animais abandonados, possibilitando assim a transmissão de zoonoses. Constatou-se como causas principais para o abandono de animais: fatores econômicos, mudança de residência por parte, mudança no comportamento do animal, procriação indesejada, ou até mesmo pelo simples fato do animal ser fêmea. Durante a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2019 e 2021, houve elevação no número de animais domésticos abandonados. E por meio das evidências destacadas nesse estudo, entende-se a necessidade de um olhar mais atento para esta problemática, visto a possibilidade de impactos na saúde da população humana e de outros animais que estejam saudáveis e convivendo nos espaços de acolhimento.

**Palavras-chave:** Geografia animal. Animais domésticos. Saúde pública. Impactos ambientais.



## ABSTRACT

In Maranhão, there is a large gap between what is recommended by public policies and effective actions aimed at abandoned animals. Although the State Animal Protection Law (n° 10.412, of 2016) determines some fundamental objectives in the care of the animal cause, it is very common to witness irresponsibility on the part of some individuals who abandon their domestic animals, causing serious problems to the animals, animals and public health. In this sense, the research is justified in view of the need to understand public policies and actions of society that aim to consider the risks and aggravating factors of the abandonment of dogs and cats in the Municipality of São Luís, and from this understanding to emphasize the analysis and characterization of the areas involved with this theme. This study starts from the hypothesis that there is an ineffectiveness of public policies aimed at the protection of domestic animals, as well as that there are several points of abandonment of these animals on public roads, which, consequently, is affecting the health of these animals as well as human health. Given this situation, this study aims to analyze the environmental impacts derived from the abandonment of dogs and cats in the Municipality of São Luís-MA. Using quantitative-qualitative research, the study used Content Analysis as a methodological tool for data analysis. In view of the results obtained through the interviews and field activities carried out, it can be concluded that there are several abandoned areas and inadequate shelter in the municipality of São Luís; some shelters were established in environments with a lack of infrastructure and with little security, both for the animals and for the Protectors; there are many abandoned animals in the street markets of São Luís. At the time of the research, there was no active public policy aimed at more effective reception in public shelters; in the same period, there was no support for public bodies dedicated to the animal cause; one of Organs public agencies interviewed supports itself through consultations, exams, surgeries and hospitalizations; and the “mobile castra” was found disabled. It was also possible to evidence a direct contact between the population and the abandoned animals, thus enabling the transmission of zoonoses. It was found as main causes for the abandonment of animals: economic factors, change of residence on the part, change in the behavior of the animal, unwanted procreation, or even the simple fact that the animal is female. During the COVID-19 pandemic, between 2019 and 2021, there was an increase in the number of abandoned domestic animals. And through the evidence highlighted in this study, it is understood the need for a closer look at this problem, given the possibility of impacts on the health of the human population and other animals that are healthy and living in the host spaces.

Keywords: Animal geography. Domestic animals. Public health. Environmental impacts.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;  
CEP - Comitê de Ética em Pesquisas;  
CNS - Conferência Nacional de Saúde;  
CNS - Conselho Nacional de Saúde;  
FIV – Vírus da Imunodeficiência Felina;  
G – Grupo;  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais;  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo;  
OMS – Organização Mundial da Saúde;  
ONG – Organização Não-Governamental;  
SIG - Sistema de Informação Geográfica;  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;  
UC – Unidades de Contexto;  
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão;  
UR – Unidades de Registro;  
UVZ – Unidade de Vigilância e Zoonoses.

## LISTA DE IMAGEM

<b>Imagem 01</b> - Localização da área de estudo .....	19
<b>Imagem 02</b> - Entrevista com representante de ONG .....	23
<b>Imagem 03</b> – Localização das áreas visitadas e pontos de abandono em São Luís.....	46
<b>Imagem 04</b> - Cadela recém-chegada no canil, e ao fundo os animais da ONG .....	47
<b>Imagem 05a-c</b> - Gatos abandonados em colônias .....	48
<b>Imagem 06a,b</b> - Animais em situação de rua em uma feira de São Luís .....	49
<b>Imagem 07</b> - Camisas que ficam a venda na ONG .....	51
<b>Imagem 08a-d</b> - Eventos de adoção de cães e gatos realizado por instituição privada.....	52
<b>Imagem 09a,b</b> - Rações doadas a ONGs e Projetos parceiras do G <sup>8</sup> .....	53
<b>Imagem 10a</b> – Filhotes de gatos em gaiolas sendo medicados. <b>b-</b> animais em gatis.....	59
<b>Imagem 11</b> – Animal no canil em ONGs .....	59
<b>Imagem 12</b> - Área aberta, local de abandono .....	60
<b>Imagem 13</b> - Felino recém-chegado com pêlos caindo .....	60
<b>Imagem 14</b> - Gato acuado com medo de aproximação no G <sup>2</sup> .....	62
<b>Imagem 15</b> - Casinha com informativo para tentar inibir o abandono .....	62
<b>Imagem 16</b> - Cadela com pata mutilada .....	63
<b>Imagem 17</b> - Gatil grande com animais resgatados.....	68
<b>Imagem 18</b> - Canil de médio porte com cadela recém-chegada e seus filhotes .....	68
<b>Imagem 19</b> - Gato se recuperando de uma doença de pele .....	69
<b>Imagem 20</b> - Gatos esperando por um lar permanente .....	69
<b>Imagem 21</b> - Animais abrigados na casa da representante do G <sup>3</sup> .....	69
<b>Imagem 22a</b> - Canis abertos. <b>b-</b> cães livres .....	70
<b>Imagem 23a,b</b> - Casinhas construídas nas colônias .....	70
<b>Imagem 24</b> - Castra móvel desativado .....	72
<b>Imagem 25</b> - Gato debilitado próximo à avenida de grande fluxo .....	73

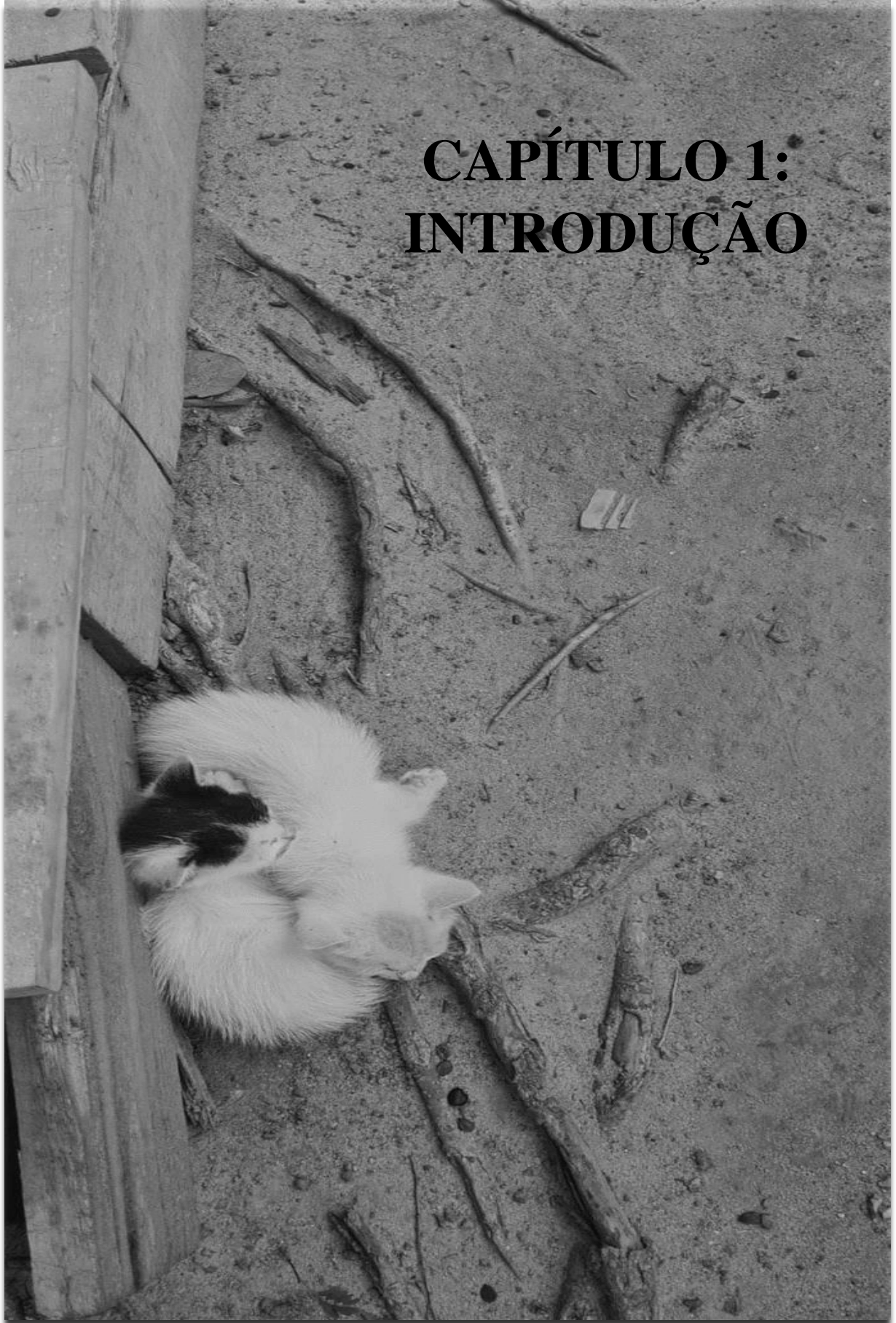
## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Entrevista: abandono de animais doméstico em São Luís-MA .....	54
<b>Quadro 02</b> – Entrevista: Saúde pública .....	64
<b>Quadro 03</b> – Entrevista: Infraestrutura dos abrigos dos animais .....	74
<b>Quadro 04</b> – Entrevista: Pandemia .....	79

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	17
2.1 Método.....	18
2.2 Técnicas.....	18
2.3 Recorte Espaço-Temporal.....	19
2.4 Procedimentos, Instrumentos e Materiais.....	20
2.4.1 Fundamentação Teórica.....	20
2.4.2 Pesquisa de Campo.....	20
2.4.3 Entrevistas e Aplicação de Formulário.....	21
2.4.4 Pesquisa Iconográfica – Fotografia.....	23
2.5 Análise dos dados.....	24
2.6 Considerações Éticas.....	27
CAPÍTULO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
3.1 Conceito de Animais Doméstico.....	30
3.2 Saúde Pública X Abandono de Animais Domésticos.....	30
3.3 Breve Histórico da Evolução das Normas Brasileiras na Proteção dos Animais.....	31
3.4 Aspectos Legais do Abandono de Animais Domésticos no Brasil.....	32
3.5 Legislação Estadual de Proteção Animal.....	34
3.6 Ambiente e Saúde: uma relação indissociável.....	39
3.7 Geografia Animal e Geografia da Saúde: uma associação pragmática.....	40
CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	44
4.1 O Abandono de Animais Domésticos no Município de São Luís-MA.....	46
4.2 Saúde Pública.....	58
4.3 Infraestrutura dos abrigos dos animais.....	68
4.4 Pandemia.....	77
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
5.1 Conclusão.....	82
5.2 Considerações Finais.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICES.....	92

# CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO



Filhotes de Gatos abandonados. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

De acordo com dados referentes as pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS (2013) estima-se que, no Brasil, tenha em torno de 30 milhões de animais abandonados, entre estes, 10 milhões são gatos e 20 milhões cães. Nas cidades grandes, para cada cinco pessoas existe um cachorro, e destes, 10% estão abandonados, nas pequenas cidades, a condição não é diferente e, em muitos casos, o número chega a 1/4 da população humana (MARTINHAGO; MAGALHÃES, 2019, p. 118).

A conservação e manutenção da qualidade ambiental são fatores cruciais para a saúde humana e dos animais e assim deveriam ser consideradas pelo Estado. Entretanto, há ausência de ações de planejamentos essenciais, como por exemplo, sensibilizar a população quanto às consequências do desamparo animal, que os submetem a muitas moléstias, facilitando a disseminação destes em vias públicas.

No Maranhão, há grande lacuna em políticas públicas e pesquisas voltadas à causa animal, mesmo na realidade de São Luís, capital do Estado. É cada vez mais comum presenciar as atitudes que causam mal estar dos animais por parte de alguns indivíduos que abandonam animais domésticos pelas ruas da capital maranhense, estes passam a multiplicar-se e a peregrinar pelas vias, sendo vítimas de maus tratos, contraindo doenças, passando fome e sede, e desta forma, tornando-se um grave problema de saúde pública. Apesar da existência da Lei Estadual de Proteção aos Animais, de nº 10.412, de 5 de janeiro de 2016, onde no art. 3º estabelece que o Poder Público possui alguns objetivos fundamentais no cuidado com estes animais (MARANHÃO, 2014), ainda há muito a ser realizado que possa garantir o preconizado pela lei de 2016.

É comum verificar pelas vias públicas, animais apresentando aspectos deploráveis como extrema magreza, sem pêlos ou mesmo ferimentos pelo corpo, ficando sujeitos a contrair zoonoses, como a raiva, leishmaniose visceral, leptospirose, larva migrans, toxoplasmose, ancilostomíase, entre outras. Esses animais são apenas hospedeiros dos parasitas, mas acabam sendo responsabilizados por sua ocorrência e disseminação. Estas questões levam tanto a sociedade quanto animais saudáveis a um ambiente exposto, de risco e vulnerabilidade socioambiental a vários tipos de enfermidades.

Uma das formas de melhor compreender as relações ambientais caracterizadas pelo abandono de animais é o desenvolvimento de análises espaciais. Os estudos geográficos, aliados ao uso das geotecnologias, tornaram-se instrumentos poderosos para identificar alterações na superfície terrestre ou em algum outro cenário de forma rápida e sinóptica. Silva, Rocha e Aquino (2016, p. 177) destacam que “as Geotecnologias têm encontrado larga utilização na Geografia, no âmbito das suas várias subdisciplinas, permitindo mapear e analisar uma grande

variedade de fenômenos, com uma rapidez e precisão sem precedentes”.

A capacidade de processamento e de análise de dados, a partir dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), das técnicas e equipamentos de geoprocessamento como os *hardwares* e os *softwares*, é elevada e permitem elaborar diversos trabalhos de cunho físicoambiental, visando a preservação e o melhoramento da manipulação dos recursos naturais existentes nos territórios (NASCIMENTO; LIRA, 2012, p. 1647). Tais vantagens se aplicam a inúmeras áreas do saber.

Para os autores Bortolozzi e Faria (p.38, 2009), a saúde pública atravessa por reflexões obscuras, ainda mais por possuir poucos trabalhos que têm utilizado a categoria território como possibilidade de ações apropriadas em saúde, sobretudo relacionadas à organização de um plano. Além do que, o planejamento é a base de todo e qualquer trabalho a ser realizado, em que, tem-se que estruturar resultados viáveis a serem executados.

A partir da problemática instalada a respeito do abandono de cães e gatos em São Luís, este estudo partiu da hipótese de que havia ineficácia de políticas públicas eficazes voltadas para essa questão, e que existiam vários pontos de abandono de animais em vias públicas, e isso possivelmente, poderia estar afetando tanto a saúde humana, quanto de outros animais.

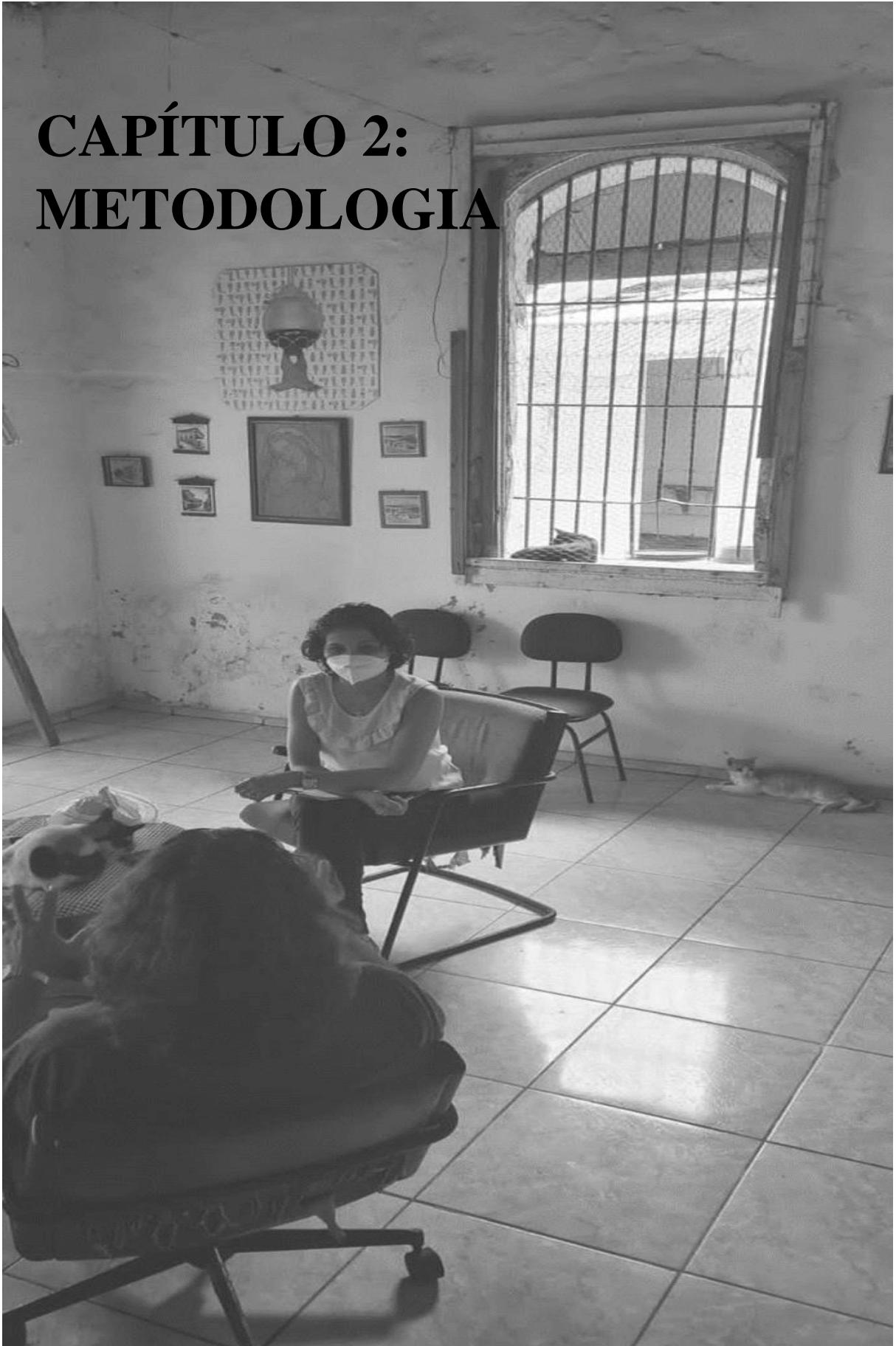
Para melhor compreender as questões possivelmente envolvidas, este estudo se deparou com as seguintes questões norteadoras: 1- Onde estão e como são as áreas de abandono de cães e gatos no município de São Luís? 2- Quais são as principais causas do abandono de animais? 3- Qual é o papel do Município no controle e na diminuição das áreas de abandono? 4- Quais são as variáveis socioambientais que impedem a redução ou um maior controle do abandono de cães e gatos em São Luís? 5- Quais são os principais agravos de saúde em que estes animais abandonados apresentam?

Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de uma melhor compreensão sobre os riscos e os agravantes do abandono de cães e gatos no Município de São Luís. Sendo um estudo que dá ênfase na análise espacial e caracterização das áreas de riscos e vulnerabilidades, que a esta temática se faz pertinente.

O estudo teve como objetivo geral analisar os impactos ambientais derivados do abandono de cães e gatos no Município de São Luís -MA. Os objetivos específicos foram: identificar as áreas de abandono, bem como a forma em que elas se distribuem pelo Município; verificar as ações do Município relacionadas ao combate e ao abandono, controle/reprodução, captura, tratamento dos animais, zoonoses e a possível responsabilização dos tutores; apontar os agravos em saúde decorrentes do abandono de cães e gatos; e descrever as possíveis variáveis socioambientais que influenciam na manutenção das áreas de abandono em São Luís.



## CAPÍTULO 2: METODOLOGIA



Entrevista com representante de um dos grupos. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

## 2.1 Método

O método utilizado na pesquisa foi a quanti-qualitativa. No qual, Flick (2004) destaca que a ligação entre os métodos quantitativos e qualitativos concede mais credibilidade e legitimidade aos resultados detectados no decorrer da pesquisa, assim impedindo que os levem à apenas uma das opções. A pesquisa quanti-qualitativa reúne controle de vieses (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos na investigação (métodos qualitativos). Além do que, agrega a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno que envolve os métodos qualitativos. (SOUZA, KERBAUY, 2017 p. 39).

Partindo dessa premissa, o método qualitativo também possibilita analisar aspectos quantitativos das áreas de abandonos de animais em São Luís, bem como, investigar a atuação dos atores sociais, do Estado, Município, organizações privadas, as ONGs, os Projetos e os Protetores Independentes envolvidas direta ou indiretamente no cuidado, na assistência e até mesmo no abandono desses animais.

Como abordagem metodológica, este estudo se pautou na Análise de Conteúdo, a partir de contribuições de Bardin (2016), Souza e Santos (2020), mais bem descrito no tópico 2.5.2.

## 2.2 Técnicas

Este estudo se pautou na visão sistêmica e socioambiental. Em que, Amador (2008, p.37) define como sendo um “conjunto cujos elementos unem-se por meio de propriedades calçadas na interação, na interdependência e na sensibilidade a certos mecanismos reguladores, de tal modo que formam um todo unificado”. O autor continua ponderando que, deve-se pensar em torno de uma dinâmica que está presente em todos os atos e procedimentos do cotidiano entendendo-se que o homem dentro desta perspectiva é tido como ser sistêmico; Amador (2008, p.33) complementa que, “o ser que faz parte do sistema natural físico, aqui tornado de forma holística, mas que também faz parte do ecossistema, enquanto ser biológico, e que por sua vez enquadra-se junto com os demais organismos vivos no grande sistema evolutivo”.

Destaca-se ainda, a pesquisa descritiva sendo esse tipo de estudo capaz de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987), e a pesquisa analítica, que envolve o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno (CÓRDOVA; SILVEIRA, 2009).

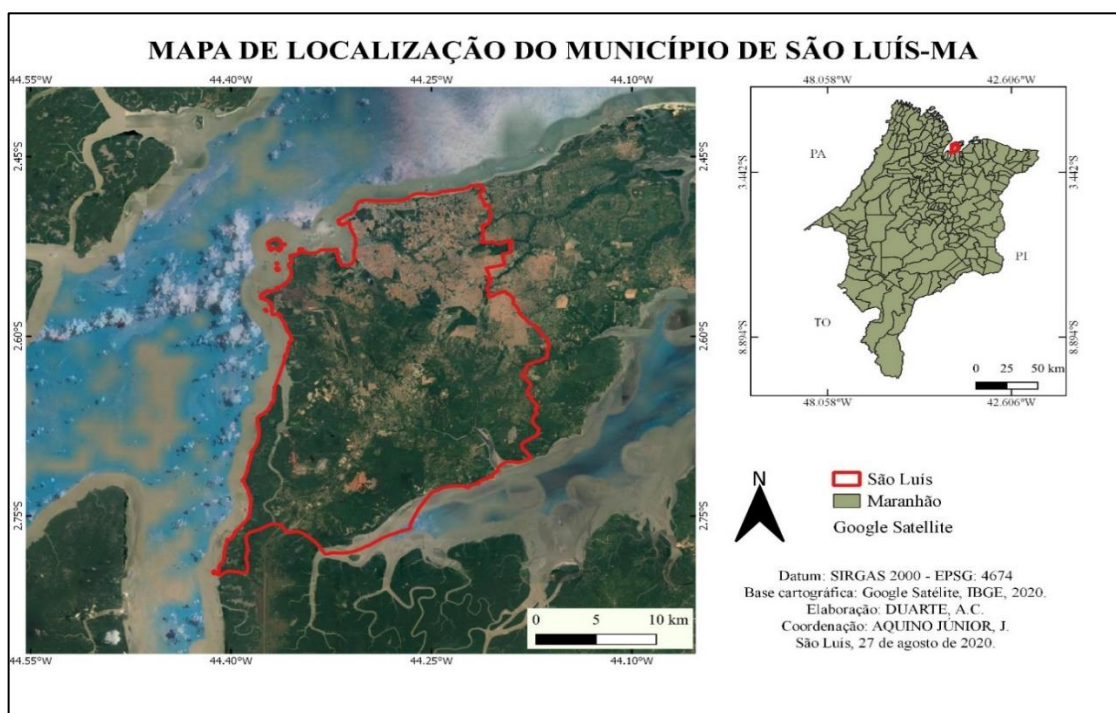
Também foi realizada a pesquisa de campo que, “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto as pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa” (FONSECA, 2002, p. 31). Com enfoque

também no estudo de caso, que Fonseca (2002, p.33) relata que visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. Além disso, utilizou critérios de análise da iconográfica que trata da descrição e classificação de imagens (OLIVEIRA; NUNES, 2010, p. 311).

Por meio desses seguimentos foi possível remontar a situação em que se encontra o Município, propondo relacionar o desamparo dos animais domésticos com os possíveis agravos socioambientais.

### 2.3 Recorte Espaço-Temporal

A área de estudo corresponde ao território do Município de São Luís (imagem 01), capital do Estado do Maranhão, estando situada na grande Ilha do Maranhão. Segundo Costa, Nunes e Gomes (2015, p. 43), o Município originou-se, a partir da península que avançou sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga. Sua localização geográfica compreende as coordenadas de 02°24'27" e 2°29'32" de Latitude Sul; e 44°15'48" e 44°17'41" de Longitude Oeste, apresentando altitude média de 24 m. A área de estudo é limitada ao norte pelo Oceano Atlântico, ao sul com o Estreito dos Mosquitos, e a oeste com a Baía de São Marcos.



**Imagem 01** - Localização da área de estudo. Fonte: IBGE, 2021.

Estima-se que o Estado do Maranhão apresenta uma população de aproximadamente, 7.153,262 habitantes e uma densidade demográfica de 19,81 hab./Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). O Maranhão possui uma área territorial de 329.651,495 Km<sup>2</sup>, divididos em 217 municípios, que de acordo com o ranking do IBGE, em termos de extensão, o Maranhão ocupa a oitava posição em relação a todo território nacional (IBGE, 2021).

No ano de 2020, o rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população foi de R\$ 676 reais (IBGE, 2021). Já em relação à economia, o IBGE (2021) destaca que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por meio dos dados do último censo de 2010, está por volta de 0,639.

## **2.4 Procedimentos, Instrumentos e Materiais**

Este estudo foi desenvolvido em três etapas importantes, sendo elas: fundamentação teórica, trabalhos de campo e análise dos dados obtidos em campo, com mapeamento das áreas de abandono.

### **2.4.1 Fundamentação Teórica**

A fundamentação teórica foi efetuada no decorrer de todo o estudo, com base em pesquisas de artigos científicos, anais de periódicos, dissertações e teses. O fundamentar foi desenvolvido por autores como: Bortolozzi e Faria (2009); Barcellos e Monken (2007); Coltro (2016); Martinhago e Magalhães (2019); Nascimento e Lira (2012); Brasil (1988); Silva, Rocha e Aquino Júnior (2016); Souza e Kerbauy (2017); Maranhão (2014) e entre outros trabalhos relevantes, que realizaram pesquisas relacionadas com a temática aqui abordada.

### **2.4.2 Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo é descrita por Lakatos e Marconi (2002, p. 83) como sendo “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Neste estudo, as buscas por informações foram realizadas nas principais ONGs, Projetos e Protetores. Os Projetos e Protetores Independentes são instituições e pessoas mediadoras que trabalham com tais animais. Para aplicação de entrevistas e questionários acerca dos abandonos de cães e gatos em São Luís, foi dado ênfase as localidades em que esses animais estão abandonados ou em situação de rua.

Também foi realizado entrevista em dois órgãos públicos em São Luís para saber das

suas formas de atuação no Município, se existe alguma ação de combate, controle de reprodução dos animais, zoonoses, se é feita a captura, tratamento entre outras indagações. Entretanto, somente em um deles foi realizado a visita de forma presencial, por conta da situação de restrições de acesso em função da pandemia da Covid-19, ocorrida durante o período de realização da pesquisa. Todas as entrevistas foram sucedidas no segundo semestre de 2021 e primeiro trimestre de 2022, e todos os campos foram no período diurno.

### **2.4.3 Entrevistas e Aplicação de Formulário**

#### **2.4.3.1 Amostra da Pesquisa**

No decorrer das visitas as áreas, atreladas a pesquisa de campo, foram aplicados questionários e entrevistas, estruturados com perguntas abertas e fechadas. Os questionários e as entrevistas foram aplicados com alguns representantes de ONGs, Projetos, com Protetores Independentes, com representantes de dois órgãos públicos e com uma empresa privada.

- Critérios de inclusão

Participaram dessa pesquisa pessoas e representantes ligados as instituições governamentais e não-governamentais no Município de São Luís. O universo amostral foram de nove (09) entrevistas por atores-chave (representantes de ONGs, Projetos, Protetores Independentes, instituições públicas e privadas). A amostragem foi por conveniência.

- Critérios de exclusão

Foram excluídos a participação de entrevistados menores de idade, ou em situações de preenchimento dos questionários de forma errada.

#### **2.4.3.2 Realização de entrevistas**

Entre os instrumentos recorrentes da pesquisa qualitativa está a entrevista semiestruturada (NEVES, 2018), e que neste estudo possibilitou mostrar a realidade das áreas de abandono, através das palavras de atores sociais que convivem com tal situação.

Para Boni e Quaresma (2005, p.75), as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, “onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. A entrevista semiestruturada é um instrumento entre os mais utilizados na pesquisa em Geografia Humana, ao qual a análise dos grupos e atores sociais, da vivência e das formas de controle e uso do espaço geográfico demandam a compreensão das representações socioespaciais, das leituras

das paisagens, dos sentidos de lugar em que as pessoas atribuem ao seu espaço vivido (NEVES, 2018).

Esse tipo de abordagem, é uma das principais formas do investigador realizar a coleta de dados, proporcionando ao participante da pesquisa a descrição de suas experiências de forma mais espontânea, dentro dos objetivos esperados pelo entrevistador (TRIVIÑOS, 1987).

Neste estudo foram desenvolvidos cinco (05) roteiros de entrevista de semiestruturados adaptados da pesquisa realizada por Santos (2021). Foram acrescentadas também, questões envolvendo o atual quadro pandêmico que vivemos, tudo baseado segundo os preceitos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão.

O Roteiro de Entrevista A (apêndice A) com duração média de 30 minutos, foi composto por quatorze (14) perguntas abertas que foram aplicadas com cada representante das ONGs visitadas, objetivando conhecer a realidade das ONGs, sua importância perante o processo de abandono, bem como as dificuldades enfrentadas e suas possíveis soluções.

O Roteiro de Entrevista B (apêndice B) com duração média de 30 minutos, foi composto por quatorze (14) perguntas abertas que foram aplicadas com cada representante dos Projetos e Protetores Independentes, objetivou-se conhecer a realidade de cada Projeto e protetor, a importância de ambos perante o processo de abandono, bem como as dificuldades enfrentadas cotidianamente.

O Roteiro de Entrevista C (apêndice C) utiliza-se onze (11) perguntas abertas, direcionadas ao representante do primeiro órgão público, que possuiu como objetivo conhecer sua atuação no Município de São Luís, assim como seus desafios diários.

O Roteiro de Entrevista D (apêndice D), contém quatorze (14) questões abertas e foi aplicada com um representante do segundo órgão público, com duração média de 30 minutos, e visou conhecer a atuação do mesmo no Município de São Luís.

O Roteiro de Entrevista E (apêndice E), contém quatorze (14) questões abertas e foi aplicada com um representante de uma instituição privada, com duração média de 30 minutos, que pretendeu conhecer o papel da instituição na causa animal no Município de São Luís.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, no caso das ONGs (imagem 02), Protetores Independentes e um dos órgãos públicos. Já o Projeto, um órgão público e a empresa privada foram aplicadas através de plataforma *on-line*, via *Google Meet*.



**Imagem 02** - entrevista com representante de uma ONG. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

As entrevistas foram efetuadas de acordo com a disponibilidade de horário de cada participante e foram gravadas para posterior transcrição. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice), e da carta de anuência (apêndice) foram realizadas com todos os participantes, antes de cada entrevista.

## **2.4.4 Pesquisa Iconográfica – Fotografia**

### **2.4.4.1 Registros fotográficos**

Durante os campos, foram realizados registros fotográficos, e tais registros foram organizados por meio da pesquisa iconográfica. Na concepção de Nascimento e Steinke (2018, p. 29) a fotografia retrata a realidade vivida, a realidade selecionada, o olhar do sujeito sobre algo.

Para Kossoy (2012 p. 39), três elementos devem conter em uma fotografia, são eles: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. O autor continua relatando que a fotografia é o resultado de uma ação feita pelo homem, no caso, o fotógrafo, que em um dado momento específico do espaço e tempo, registrou uma temática com recursos tecnológicos (câmera fotográfica), sendo ela, um documento, um meio de informação e conhecimento (KOSSOY, 2012 p. 39).

Além do que, a fotografia tem a capacidade de motivar o observador questionamentos acerca de algo, “(...) seja aquela utilizada como arte ou como meio de informação, pois ao ver

a fotografia começa-se a indagar quais os pensamentos que levaram o fotógrafo a posicionar determinados ângulo e olhar ao invés de outros possíveis.” (NASCIMENTO; STEINKE, 2018, p. 29).

Com base em Reis Júnior (2014, p.32), “o geógrafo deveria estabelecer para o uso da fotografia um compromisso desafiador. O desafio seria o de empregá-la com vistas a uma análise crítica”. Assim, Aumont (2011) sugere que a fotografia exerce funções psicológicas e, ao acentuar o real, estabelece a criação de códigos sociais, culturais e ambientais. A fotografia neste trabalho objetivou retratar as características sociais, culturais e ambientais dos elementos que contribuem para o abandono de animais em São Luís.

Quando necessário, foi solicitado, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) desta pesquisa, autorização por parte de cada representante das Instituições envolvidas. Na autorização os entrevistados podiam escolher se concordavam ou não com seus aparecimentos nas imagens.

## **2.5 Análise dos dados**

### **2.5.1 Geoprocessamento**

Para Silva, Rocha e Aquino Júnior (2016, p.178), os avanços operacionais da ciência geográfica na explicação da organização do espaço devem muito ao aprimoramento das técnicas de coleta, tratamento e análise de dados georreferenciados. Os autores continuam relatando que “de fato, o uso das técnicas de Geoprocessamento e de Sensoriamento Remoto, integradas nos Sistemas de Informação Geográfica, tem permitido a análise de fenômenos cada vez mais complexos, antes inalcançáveis pela análise cartográfica tradicional”. (SILVA; ROCHA; AQUINO JÚNIOR, 2016, p.178).

O geoprocessamento é uma ferramenta muito interessante, tanto para a gestão, quanto para o planejamento, pois permite observar os fenômenos e problemas urbanos, isso através da análise espacial que concilia o mapeamento dos problemas urbanos com os estudos físicos, demográficos, geográficos, topográficos ou de infraestrutura (CORDOVEZ, 2002).

Sendo assim, após o levantamento de documentos e dados fornecidos por ONGs, Projetos, Protetores Independentes e de imagens de satélite, foi realizada uma espacialização das áreas de abandonos de animais e de acolhimento temporário. Entendeu-se que as áreas de representação espacial não poderiam ser identificadas como forma de divulgação dos pontos de abandono de animais, neste sentido, compreendendo a importância do olhar geográfico sobre a distribuição dos pontos de abandono e acolhimento destes animais, foi realizado, via



geoprocessamento, uma espacialização por bairros, com a finalidade de mostrar os principais bairros que foram realizadas as visitas e as áreas abandonos em São Luís.

No geoprocessamento, através da cartografia temática, foram produzidos mapas coropléticos, por meio do *software QGIS* versão 3.22, tendo como base cartográficas os *shapefiles* do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **2.5.2 Análise de Conteúdo**

A Análise de Conteúdo nesta pesquisa teve como finalidade entender a percepção das áreas de abandono de animais em São Luís, onde Bardin (2016) relata o uso do objeto como a linguagem, na perspectiva individual e coletivo, levando em consideração as significações de seu conteúdo, a fim de conhecer o que por trás da palavra é inscrito. Bardin (2016), conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas para a organização e compreensão de uma mensagem, o que viabiliza entender o conteúdo e o emissor, através do direcionamento da análise de seu pesquisador.

Os autores Souza e Santos (2020, p. 1400) completam que a análise de conteúdo é entendida como “um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que objetiva analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não-verbais, por meio de uma sistematização de métodos empregados numa análise de dados”.

Desse modo, a análise de conteúdo deste estudo foi resumida em 3 etapas, isso de acordo com os preceitos de Bardin (2016), explicados a seguir:

*1. Pré-Análise:* logo em seguida a realização da coleta dos dados, através das entrevistas e da aplicação dos questionários, foi realizada a reprodução dos materiais. Foram retiradas informações de cunho pessoais, a fim de preservar o anonimato de cada participante e indivíduo envolvido no desenvolvimento do estudo.

A leitura flutuante foi realizada por meio dos materiais adquiridos no decorrer do estudo, de modo a estruturar o conteúdo em categorias e subcategorias, cumprindo as regras da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência para os dados.

*2. Codificação:* Nesta etapa, Bardin (2016), define como sendo o processo de variação dos dados brutos, através de recortes e agregação de dados, apresentando como finalidade o alcance a representação do conteúdo. Para tanto, foram compiladas as Unidades de Registro (UR), que, nesta pesquisa foi aplicado o tema, isto é, ideias constituintes com significados isoláveis, cada categoria é constituída por um núcleo de UR.

Posteriormente, o conteúdo das unidades de registro das categorias, foram recortados trechos dos dados da pesquisa em Unidades de Contexto (UC), que representam à Unidade de

Registro (UR). Para os dados dos questionários, utilizou-se o seguinte critério de classificação: para cada UR, foram incorporados até cinco (05) UC específicas das respostas dos participantes. Este critério foi empregado considerando o grande número de respostas dos participantes e que possuíam sentidos agrupáveis e repetições.

3. *Inferência e Interpretação*: nesta fase foram considerados os elementos constitutivos da comunicação dos participantes que permitem realizar inferências sobre os dados e a sua interpretação, aglutinando os referenciais teóricos desta pesquisa para a compreensão dos temas abordados. Dessa forma, a análise de conteúdo constituiu, principalmente, o delineamento das percepções dos atores-chave sobre os impactos dos animais abandonados em São Luís.

Para a realização da análise de conteúdo foram realizadas entrevistas com três Organizações Não-Governamentais registradas, uma com Projeto de Organização Não-Governamental, duas com Protetores Independentes, dois órgãos públicos e uma com empresa privada. Todos os diálogos foram realizados no período diurno. Em todas as entrevistas usaram-se roteiros semiestruturados.

Seguindo o critério de não identificação dos entrevistados e dando prioridade para os conteúdos de fala, estes foram divididos e abreviados em grupos, e categorizados em formato de números, assim todos os entrevistados foram representados pelos códigos de G<sup>1</sup>, G<sup>2</sup>, G<sup>3</sup>, G<sup>4</sup>, G<sup>5</sup>, G<sup>6</sup>, G<sup>7</sup>, G<sup>8</sup> e G<sup>9</sup>. Dentre a categoria grupo foi levantado dados de:

- ONGs registradas – são as organizações não-governamentais devidamente legalizadas, juridicamente e que dispõe de um espaço em que abrigam alguns animais resgatados. Além de, também, manterem animais em lares temporários.
- Projetos – são grupos organizados com vários voluntários. O Projeto atua como uma ONGs, entretanto ainda não estão devidamente constituídas juridicamente. Os Projetos ainda não possuem sede, e os animais resgatados acabam sendo abrigados em lares temporários fornecidos pelos próprios integrantes do Projeto, incluindo em alguns casos as pessoas das redes sociais, que se compadecem com as diversas situações divulgadas pelos Projetos.
- Protetores Independentes – Indivíduos que atuam isolados, não atuam em conjunto com outras pessoas na busca em acolher animais abandonados.
- Eventos de adoção – Realizados pela empresa privada entrevistada, e anteriormente conhecido por feirinhas de adoção. A palavra foi substituída por evento, pois feirinha dava alusão a compras, o que não ocorre majoritariamente nesses eventos.

Destaca-se que foram suprimidos dados pessoais de indivíduos citados durante as entrevistas e na aplicação dos questionários, de modo a manter o anonimato de cada indivíduo e instituição entrevistada. Nos quadros da Análise de Conteúdo, no capítulo 4, as falas dos participantes serão representadas por codificações.

## **2.6 Considerações Éticas**

Destaca-se que o propósito deste estudo foi o de colaborar, através de apontamentos acerca dos impactos decorrentes do abandono de animais em São Luís, destacando suas implicações quanto a saúde humana e animal, a fim de que, a partir desta pesquisa, seja possível destacar caminhos para a melhoria de algumas situações dentro do Município em questão.

Frisa-se ainda que a pesquisa não teve custo para os participantes entrevistados, pois foram realizadas em seus locais de trabalho, durante o horário de funcionamento, ou através de plataformas *on-line* gratuitas. Caso houvesse alguma despesa do participante na participação da pesquisa ela seria assumida pelo pesquisador. Ficou também garantido indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

### **2.6.1 Conselho de Ética**

Foi solicitado autorização ao conselho de ética do Estado do Maranhão para que a pesquisa fosse realizada no Município em questão. Evocou-se a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que define como pesquisa envolvendo seres humanos a que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996). Ainda, segundo as concepções de Sá e Lima (2010) é importante ressaltar que, para todo e qualquer tipo de pesquisa a ser realizada, após o desenho do estudo, deve ser feito o encaminhamento do protocolo de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da instituição e, apenas após aprovação do protocolo é que o estudo pode ser realizado.

### **2.6.2 Riscos**

Os possíveis riscos podiam estar relacionados ao constrangimento, desconfortos por estar no seu ambiente de trabalho, por suas experiências relatadas, dificuldades e desafios relatados, então os riscos que houveram foi mínimos à saúde dos participantes. Devido ao contexto de pandemia de Covid-19 vivenciado desde o ano de 2019, houve também o risco de contaminação para o pesquisador, que foi minimizado/evitado, através das medidas adotadas por meio do Protocolo da Secretária Estadual de Saúde (SES) para a realização da pesquisa de

campo. Também pôde haver riscos de identificação das áreas de abandono de animais, mas que foram eliminados via revisão de texto e imagens. A pesquisa passou por um crivo dos próprios profissionais entrevistados que autorizaram o registro de imagens e texto.



### 3.1 Conceito de Animais Domésticos

Quando se fala de animais domésticos, recorda-se logo de cães e gatos, evidenciando que podem ser de diversas cores, tamanhos, espécies e possuir vários comportamentos. Os animais domésticos são considerados bichos de companhia, isto é, são criados em casa e passam a fazer parte do lar, ou melhor, da família (MURARO; ALVES, 2014). Essa aproximação familiar é beneficiada pela condição intrínseca dos animais, a senciência, que conforme, Singer (2004), é a "capacidade de sofrer, sentir prazer ou felicidade". Todos os animais vertebrados são sencientes, ou seja, capazes de reconhecer e sentir tudo no ambiente que os cercam (BRITO, 2016, p. 17).

Animais domésticos, de acordo com o inciso IV, do art. 2º, da Portaria IBAMA nº 07, de 30 de abril de 2015, são:

Art. 2º, IV - Todos aqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico tornaram-se domésticas, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originou.

A definição dada pelo IBAMA é bem clara, que os animais domésticos são aqueles que não vivem mais no meio natural e que possuem seus hábitos modificados pelo convívio com o homem. No qual, tais animais vivem sob a tutela de uma determinada família, que precisam receber todos os cuidados necessários para uma vida saudável.

### 3.2 Saúde Pública X Abandono de Animais Domésticos

O abandono de animais domésticos é um problema muito preocupante de saúde pública e de bem-estar animal, que possui múltiplos fatores relacionados a questões religiosas, culturais e socioeconômicos (GARCIA; CALDERÓN; FERREIRA, 2012). Os aspectos demográficos, ecológicos e biológicos e o grau de desenvolvimento dos países também têm impacto na gravidade e tratamento dessa questão. Aliam-se as demandas sociais, legais, financeiras e éticas que influenciam as estratégias utilizadas por alguns governos para o manejo das populações de animais abandonados (GARCIA; CALDERÓN; FERREIRA, 2012).

A grande maioria das cidades existentes no Brasil enfrentam problemas relacionados ao elevado número de cães e gatos abandonados que habitam as áreas públicas sem nenhuma supervisão de responsáveis ou tutores, nem mesmo do Poder Público. Segundo Oliveira e Gomes (2019), os animais que estão abandonados, além de comprometerem o tráfego de veículos e pedestres, espalham lixo e deixam resíduos fecais em locais públicos, como praças, ruas e calçadas. A ausência de cuidados e a falta de controle populacional destes animais,

prejudicam não somente o meio ambiente, como também a população das cidades e os animais em questão (OLIVEIRA; GOMES, 2019).

Estima-se que, no Brasil, tenha em torno de 30 milhões de animais abandonados, entre estes, 10 milhões são gatos e 20 milhões cães. Estes dados são referentes as pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde no ano de 2013. De acordo com Martinhago e Magalhães (2019, p. 118), nas cidades grandes, para cada cinco pessoas existe um cachorro, destes, 10% estão abandonados. E já nas pequenas cidades, a condição não é diferente e, em muitos casos, o número chega a 1/4 da população humana (MARTINHAGO E MAGALHÃES, 2019, p. 118).

Segundo os estudos realizados por Nascimento (2019), os principais motivos do abandono de animais domésticos são: ninhadas inesperadas, mudança de casa, fatores econômicos, perda de interesse pelo animal e comportamento problemático do animal de estimação. Entre os motivos menos frequentes tem-se alergia de algum membro da família, nascimento de um filho, internamento ou morte do tutor, férias, ou o medo de pegar algum tipo de zoonoses durante a gravidez, entre outros fatores.

Por conta dos riscos à saúde das pessoas e animais, algumas precauções para a prevenção devem ser tomadas a fim de combater possíveis doenças. Milano e Oscherov (2002) recomendam a necessidade de que a população, que se encontra em condições de risco por possíveis agressões pelos animais soltos nas ruas, tenha conhecimento sobre essas doenças. E para minimizar essa vulnerabilidade, é importante a atuação conjunta dos setores da saúde e da gestão ambiental para levar informações acerca da transmissão e prevenção das doenças (BUSATO; FERRAZ; FRANK, 2015, p. 465).

Uma vez que o Poder Público está voltado apenas para algumas ações de controle de doenças zoonoses, assim para tentar evitar que a sociedade seja infectada, as Organizações Não Governamentais (ONGs) tornam-se os meios de esperança para o restabelecimento da dignidade dos animais abandonados, contribuindo para que se tenham qualidade de vida e qualidade ambiental nas cidades.

Para melhor compreender o papel do Poder Público e da sociedade em relação a causa animal, é pertinente trazer a evolução temporal dos seus direitos e deveres através da constituição brasileira. Assim, demonstrando os marcos de forma sucinta que se destacaram no decorrer histórico voltadas a proteção animal.

### **3.3 Breve Histórico da Evolução das Normas Brasileiras na Proteção dos Animais**

A proteção no Brasil referente aos animais, teve início através do Decreto 16.590 de 1924. As Casas de Diversões Públicas eram regulamentadas pelo respectivo Decreto, que

impedia diversos “divertimentos” como brigas de canário e, também, de galo, corridas de touros, dentre outras “diversões” em que os animais eram maltratados (MURARO; ALVES, 2014).

No Governo de Getúlio Vargas, em 1934, foi promulgado o Decreto nº 24.645, segundo o qual os maus tratos contra os animais se tornavam contravenção penal. Sete anos depois, esse impedimento foi incluído na Lei Federal nº 3.688 de 1941, que regulamentou as Contravenções e que mais tarde, foi revogada pelo Decreto nº 11 de 1991 (MURARO; ALVES, 2014).

Em 1988, os animais passam a ser tutelados pelo Estado, ao qual cabe a função de protegê-los. O Poder Legislativo começou a se preocupar com a saúde dos animais e modificou o Decreto nº 5.197 de 1967, alterando dois artigos, tornando-se crime inafiançável aqueles cometidos contra animais silvestres. Essa reforma proporcionou uma segurança maior para evitar tais crimes. Infelizmente, a redação do Decreto deixou de fora os maus tratos contra animais domésticos, permanecendo do mesmo jeito como contravenção, considerada uma falha dos legisladores, pois a conduta é a mesma e deveria ser tratado da mesma forma (MARTINHAGO; MAGALHÃES, 2019).

Anos mais tarde surge uma importante Lei Federal, de nº 9.605 de 1998, denominada Leis dos Crimes Ambientais. Esta Lei impõe aos autores penalidades pelos maus tratos e, por consequência, sanções administrativos e penais para cada caso (MURARO; ALVES, 2014).

### **3.4 Aspectos Legais do Abandono de Animais Domésticos no Brasil**

Animais abandonados são aqueles que vivem por um determinado tempo sem um tutor responsável de modo definitivo. Uma grande parte desses animais estão sob tutela de Organizações Não Governamentais (ONGs), que são definidas, popularmente como de proteção animal. Também há Protetores Independentes que assumem o compromisso de mantê-los e facilitar a adoção voluntária.

Segundo as concepções de Nascimento (2019), abandonar um animal não é apenas um ato criminoso, é um ato inescrupuloso e sem ética, desumano e irresponsável. A conduta de abandonar um animal engloba questões: ética, pública, penal, ambiental, humanística, sociológica, filosófica.

Abandonar um animal doméstico é uma prática de maus-tratos, principalmente, quando se abandona doente, ferido, mutilado, envelhecido, machucado. Os maus-tratos incluem espancá-lo, envenená-lo, deixar de prover alimentos, deixar em lugares insalubres, isto é, deixar



de fornecer-lhe tudo o que se deve prover a um animal tutelado, até mesmo assistência veterinária (NASCIMENTO, 2019).

No Brasil tem algumas leis nas quais detalham sobre os cuidados com os animais, sendo elas: a Constituição Federal, a Lei nº 9.605/98, o Código Penal e a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Ciência e a Cultura.

Destaca-se o art. 225 da Constituição Federal de 1988, em que fica claro o dever a proteção aos animais, já o parágrafo 1º, inciso VII, frisa o dever fundamental de proteção a esses seres, a ser aplicado de maneira a conferir-lhe a máxima eficácia, isso de acordo com as perspectivas jurídicas e fáticas presentes na conjuntura em que a proteção for invocada, podendo ser pela coletividade, como também pelo Poder Público. A proteção dos animais na Carta Magna de 1988, possibilita uma melhor eficácia na aplicação sistêmica desta norma, caracterizando os animais como sujeitos dotados de personalidade jurídica, para a prática da defesa de seus direitos básicos em Juízo, dentre estes direitos, o mais importante, a vida, sob as mais diversas e necessárias formas (BRASIL, 1988).

Abaixo segue parte da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que foi alterada através da Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, no qual elucida sobre o que são os maus-tratos e a penalidade sofrida pelo agressor (BRASIL, 1988):

Art.32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

§1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Portanto, efetuar abuso e maus-tratos aos animais domésticos passam a ser apontados como crime na esfera do Direito Penal, para Martinhago e Magalhães (2019), pode ser considerado um avanço para nas leis, entretanto falta eficácia, eficiência e aplicabilidade delas.

No Art. 164 da Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, referente ao Código Penal, fica claro que: “Introduzir ou deixar animais em propriedade alheia sem consentimento de quem de direito, desde que o fato resulte prejuízo. A Pena – detenção, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses, ou multa” (BRASIL, 1940). Esse decreto ressalta sobre o abandono de animais, feito por muitos tutores que tem desamparado seus animais tanto em vias públicas quanto em propriedades privadas, como por exemplo, em restaurantes, lanchonetes, açougues entre outros. A prática de abandonar animais doméstico em ambientes comerciais já se tornou

comum, e pode acarretar prejuízos para a economia local, pois muitos consumidores, deixam de ir a um determinado empreendimento por medo de contrair algum tipo de zoonose.

Diante do aumento descontrolado de animais nos grandes centros urbanos, o Governo Federal, criou a Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de animais domésticos, especialmente, de cães e gatos. Decreta que:

Art. 1º O controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

Art. 2º A esterilização de animais de que trata o art. 1º desta Lei será executada mediante programa em que seja levado em conta:

I - o estudo das localidades ou regiões que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;

II - o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e

III - o tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda (BRASIL, 2017).

Apesar dessa lei ter sido criada e decretada no ano de 2017, a grande maioria dos Estados brasileiros não foram contemplados com nenhum programa que englobasse essas questões, sendo que o não controle de natalidade se tornou um problema sério em todas as regiões do país.

### **3.5 Legislação Estadual de Proteção Animal**

A Lei Estadual de Proteção aos Animais (Lei nº 10.169/2014), alterada pela Lei Ordinária nº 10.412 de 05 de janeiro de 2016, estabelece normas para a proteção, direito, defesa e preservação dos animais no Estado do Maranhão. A legislação considera animais domésticos como sendo aqueles de convívio do ser humano, dele são dependentes, e que não impedem a tutela humana. No art. 2º, inciso I, da referida Lei, fica bem claro quando descrevem que é proibido “ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência, prática ou atividade capaz de causar lhos sofrimento ou dano, bem como às que provoquem condições inaceitáveis de existência;”. No inciso II, continua a ser relatado que é vedado, “manter animais em local desprovido de asseio ou que lhes impeçam a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade” (MARANHÃO, 2014).

No Art. 3º, o Poder Público apresenta alguns objetivos, caracterizados como fundamentais, na defesa dos animais, e que são de extrema importância:

I - Buscar o maior equilíbrio na população animal, diminuindo o índice de abandono e maus-tratos de modo a prevenir agravos à saúde pública e as agressões ao meio

ambiente, mediante projetos afins devidamente abalizados pelo Conselho Estadual de Defesa Animal;

II - Desenvolver ações de Educação Ambiental sobre a fauna junto à sociedade, buscando desenvolver a consciência sobre a responsabilidade da guarda dos animais e a necessidade de conservação e respeito à fauna urbana;

III - Instituir um sistema de identificação e cadastramento de animais no âmbito Estadual;

IV - Fomentar ações para a adoção responsável de animais abandonados;

VII - Elaborar e desenvolver projetos de investigação científica em parceria com instituições de ensino, pesquisa e de proteção aos animais, para a busca de alternativas ao controle populacional da fauna no Estado do Maranhão;

VIII - Fomentar a implantação de redes de atendimento a animais doentes, abandonados, vítimas de violência, entre outras, em âmbito estadual e municipal (MARANHÃO, 2014).

Segundo o que está previsto na Lei nº 10.169/2014, o Poder Público poderá oficializar possíveis convênios, podendo ser com instituições públicas e privadas, assim como impulsionar consórcios com os municípios do Estado, voltados a proteção e defesa dos direitos dos animais. E se caso, alguma prática implicar em crueldade aos animais, os causadores serão punidos, nos termos desta lei, sem que haja prejuízos das legislações federais aplicáveis as questões de proteção e defesa dos direitos dos animais (MARANHÃO, 2014).

Mesmo com a referida lei em vigor, nos Municípios do Maranhão, há demandas por Programas Permanentes de Controle de Zoonoses, isso inclui a vacinação e controle de reprodução de cães e gatos por procedimento cirúrgico, ambos acompanhados de ações educativas para os responsáveis dos respectivos animais. A única medida que ainda se tem no Estado é somente a vacinação contra raiva.

De acordo no Art. 13, o Estado deve fomentar os municípios através das Políticas Públicas destinadas às Unidades de Vigilância em Zoonose (UVZ), objetivando implantarem banco de dados para fins de manutenção de informações técnicas inerentes ao controle da população animal, tutores e condições gerais de custódia. Na Lei nº 10.169/2014 é ressaltado que:

§ 1º Visando os fins do parágrafo anterior, o Estado incentivará o uso da tecnologia de microchipagem subcutânea, facultado o uso de coleira identificatória por parte dos tutores, podendo o procedimento de coleta das referidas informações ser realizado por clínicas veterinárias existentes na região.

§ 2º O tutor que se manifestar contra o controle de reprodução deverá assumir a responsabilidade com a dignidade animal e sua prole, sob pena de perder da tutela deste animal e prole, bem como responder administrativa, civil e criminalmente por danos à fauna e ao meio ambiente" (MARANHÃO, 2014).

Dentro das UVZs, é proibido a prática de sacrifício de cães e gatos por métodos considerados cruéis. A proibição é válida em todos os municípios do Estado do Maranhão. Os métodos cruéis, como explica Maranhão (2014), são métodos ligados a utilização de câmaras

de descompressão, câmaras de gás, eletrochoque ou qualquer outro procedimento que provoque dor, estresse ou sofrimento ao animal.

O único procedimento aceitável pela lei, é a utilização da eutanásia, que é uma substância apta a produzir a insensibilização e inconscientização antes da parada cardíaca e respiratória do animal. Segundo a Lei nº 10.169/2014, o método da eutanásia deve ser comprovado no prontuário do animal, constando os meios anestésicos utilizados, bem como sendo obrigatória a notificação por parte do médico veterinário aos órgãos de controle de animal preexistentes. Essa prática só é permitida nos casos de enfermidades irreversíveis, justificada por laudo do médico-veterinário, precedido de exame laboratorial com contraprova, facultando o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais e Protetores Independentes devidamente cadastrados (MARANHÃO, 2014).

O ato de abandonar qualquer animal é considerado infração gravíssima no Maranhão, isso em qualquer circunstância. Fica vedado o abandono de animais e se o tutor por algum motivo, for impossibilitado de ficar com o animal, deverá procurar meios responsáveis, como a Unidade de Vigilância em Zoonoses e Organizações Não Governamentais de proteção animal e adoção, sendo, em último caso necessário, alterar a tutela junto aos órgãos credenciados, sob as penalidades previstas em lei (MARANHÃO, 2014).

É vedado ainda, a privação dos movimentos dos animais, impedindo-lhes a liberdade através do uso de correntes, gaiolas que não comportam o animal corretamente, confinamento em ambientes minúsculos, entre outros meios de inibir o direito destes. Além do que, não se pode submeter o animal a qualquer tipo de sofrimento e estresse desnecessários e indignos.

Para fins de resguardo dos direitos à dignidade animal, ficam às Atividades Administrativas Ambientais asseguradas, perante o que é estabelecido na Lei nº 10.169/2014. As seguintes medidas destacam:

- I - Interdição e arrebatamento do animal em estado de vulnerabilidade e vítima de violência, com sua imediata colocação em custódia em local adequado à recuperação de sua integridade física e psicológica;
- II - Obrigatoriedade, ao causador do evento, de arcar com as despesas médico-veterinárias, mediante caução diretamente paga a unidade hospitalar ou assemelhado, sob pena de multa em dobro ao valor do tratamento, bem como em inscrição da entidade da qual pertence órgão fiscalizador;
- III - Ao causador do evento, bem como aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização, a obrigatoriedade de participarem de cursos de capacitação em temáticas voltadas a dignidade e proteção animal" (MARANHÃO, 2014).

Constitui infração, toda ação ou omissão que envolva a inobservância de preceitos estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das

autoridades administrativas competentes (MARANHÃO, 2014). Logo, todas as práticas de crueldade aos animais, a que se refere a Lei nº 10.169/2014, serão apuradas em processo administrativo que iniciará mediante: notícias diversas coletadas pelo Disque Denúncia de Proteção Animal; ato ou ofício de autoridade competente; e comunicado de Organizações Não Governamentais de defesa dos animais ou do meio ambiente, bem como de Protetores Independentes de animais devidamente cadastrados.

Acrescenta-se no art. 29 que as infrações aos dispositivos da presente Lei classificam-se em três. São elas: A leve, que é aquela em que o infrator é beneficiado por circunstâncias atenuantes; A grave, sendo aquela onde é verificada 01 (uma) circunstância agravante; e por último, a gravíssima, cuja verificada 02 (duas) ou mais circunstâncias agravantes (MARANHÃO, 2014). As circunstâncias atenuantes são destacadas como:

- I - A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - A patente incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III - Quando o infrator, por espontânea vontade, e imediatamente, procurar reparar, ou minorar, os danos à saúde e ao bem-estar do animal ocorrido em consequência do ato lesivo que lhe fora imputado;
- IV - Ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir, para a prática do ato; e
- V - Ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve (MARANHÃO, 2014).

As circunstâncias agravantes são aquelas em que o infrator é reincidente; quando a infração é cometida para conseguir algum tipo de vantagem pecuniária; se infrator coagir ou incitar alguém a cometer infração de mesma natureza; ter a infração consequências trágicas que possa acometer à população, à saúde e ao bem-estar animal; se caso, o autor do crime tiver conhecimento de todo ato lesivo aos animais e ao meio ambiente, e não tomar providências a tentar evitar os danos; e ainda, se agir com fraude ou má-fé (MARANHÃO, 2014).

Todas as infrações que estão dispostas na Lei, seu regulamento, bem como as normas, padrões e exigências técnicas, serão autuadas, mas isso ocorre de acordo com os critérios da autoridade competente, levando-se em conta, algumas questões como descritas que “a intensidade do dano, efetivo ou potencial; as circunstâncias atenuantes ou agravantes; os antecedentes do infrator; a capacidade econômica do infrator; capacidade de reintegração social do infrator”. Além do mais, as infrações dispostas na Lei nº 10.169/2014, dizem que serão punidos, singular ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

- I - Advertência escrita ou verbal;
- II - Multa;
- III - Custear as despesas proveniente por qualquer lesão sofrida pelo animal nas hipóteses de atropelamento e violência em geral; diminuído o pagamento da caução dada previsto no Capítulo das Medidas Cautelares;

IV - Suspensão de financiamentos, provenientes de fontes oficiais de crédito e fomento científico;

V - Impossibilidade de tutela de animal de qualquer espécie por um período de 01 (um) a 03 (três) anos quando a violação se tratar de ofensa a integridade física do animal;

VI - Perda do direito de tutela quando das hipóteses de reincidência específica;

**Parágrafo único.** Nos casos de reincidência, caracterizado pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta, cumulativamente (MARANHÃO, 2014).

Ainda sobre a lei supracitada, em relação as multas, destaca que o infrator poderá ter sua obrigatoriedade suspensa, isso quando, nos termos e condições aceitas e aprovadas pelas autoridades competentes, se caso, o mesmo se comprometer em adotar medidas específicas para fazer cessar e corrigir a infração cometida.

A pena de multa, aplicada nas infrações consideradas leves, graves e gravíssimas, e cumulativamente ou não com outras sanções, terá os seguintes valores pecuniários: infrações consideradas leves, o valor varia de R\$ 200,00 (duzentos reais) à R\$ 500,00 (quinhentos reais); já as infrações graves vão de R\$ 501,00 (quinhentos e um reais) à R\$1.000,00 (um mil reais); as infrações gravíssimas de R\$ 1.001,00 (um mil e um reais) à R\$ 2.000,00 (dois mil reais) (MARANHÃO, 2014). Ademais, haverá acréscimo por exemplar excedente, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade, e de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por unidade de espécie constante em Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (MARANHÃO, 2014).

Os valores monetários serão estabelecidos em regulamento, sendo atualizados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, onde, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda (MARANHÃO, 2014).

A responsabilidade pela fiscalização das atividades e a aplicação das multas decorrentes de infração ficam a cargo dos órgãos competentes da Administração Pública Estadual ou Municipal, previstos em regulamento, nas suas respectivas áreas de atribuição.

Apesar de todo o discurso presente na Lei nº 10.169/2014 que deveriam ser de fato fundamentais para a sociedade maranhense, sabe-se que não é bem assim que ocorre na prática, pois muito do que está na lei, não funciona. A realidade é totalmente discrepante com o preconizado pelas leis e a partir desta realidade é que este estudo irá se debruçar no decorrer de seus resultados.

### **3.6 Ambiente e Saúde: uma relação indissociável**

Em relação as zoonoses, é crucial considerar os agravos de saúde relativos à questão da causa/abandono de animais. Se não há controle e monitoramento dos animais, há que se destacar como a interação dos animais entre si e com os humanos, em situações socioambientais de risco a saúde, se repercutem e se agravam, respectivamente.

Na concepção de Fahel, Campos e Araújo (2006), o ambiente é tudo aquilo que cerca o indivíduo, aí compreendida a interação entre elementos naturais e sociais. O ambiente é construído, moldado e ganha significado por meio da apropriação humana. Nesse sentido, considera-se que os aspectos biológico, social, psicológico e ambiental estão diretamente ligados às condições de saúde de uma população.

Esta afirmação se encontra em conformidade com o relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), ao qual denomina que “a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde” (BRASIL, 1986, p. 4).

A concepção de saúde é compreendida não como a ausência de doença, mas o estado do produto social resultante de fatores políticos, econômicos, ideológicos, ambientais e culturais (BUSATO; FERRAZ; FRANK; 2015, p. 466). Assim, compreende-se que o processo saúde-doença está associado à maneira pela qual as pessoas interagem com os fatos rotineiros.

Sabe-se que o processo saúde-doença está relacionado a fenômenos complexos para a análise de uma população, e em um determinado território, é necessário identificar a relação entre as distintas variáveis, entre as quais os fatores socioambientais adquirem especial relevância. Esses fatores incluem os biológicos, psicológicos, sociais, culturais, econômicos e ambientais (BUSATO; FERRAZ; FRANK; 2015, p. 466).

Por meio das análises das condições de vida e da situação de saúde, os componentes integrantes do desenvolvimento da vida social nos mais variados lugares não podem ser abordados como questões desarticulados do ambiente/território. Assim, Monken e Barcellos (2005), destacam que a consideração dos aspectos ambientais como estratégia de análise sobre condições de saúde e intervenção pressupõe a identificação de objetos geográficos, sua utilização pela população e sua importância para os fluxos das pessoas e materiais. Para isso, é necessário o desenvolvimento de metodologias para o reconhecimento, em campo ou mediante dados secundários, de objetos e suas formas, que são condições da ação e meios de existência do agir humano (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

Na contemporaneidade, a saúde é a temática de maior proeminência, em que o estudo do ambiente e sua relação com o homem torna-se primordial. E é diante desse contexto que a

Geografia da Saúde exerce um papel relevante, tendo em vista que os aspectos socioambientais congregam, na maioria das vezes, variáveis intervenientes e que permitem surgir problemas que afetam a população.

Porém, essa inquietação não é recente, pois como relata Santos (2010, p.42), desde os tempos antigos essa vinculação entre o ambiente e as enfermidades é realizada, a exemplo de Hipócrates que elaborou a obra intitulada “Dos ares, das águas e dos lugares”, acerca de 480 a.C., em que ressaltava a importância do ambiente na saúde das pessoas. Sobre o ambiente, a ciência geográfica se destaca, pois este ramo do conhecimento desempenha a função de estudar a superfície terrestre, a paisagem, e principalmente a relação entre o homem e o meio que se faz essencial (SANTOS, 2010, p.42).

No ponto de vista de Freitas (2003, p. 138), problemas ambientais são, simultaneamente, problemas de saúde, pois a preocupação das condições ambientais sobre a saúde é evidente desde a antiguidade, em que os efeitos do clima interferiam no balanço dos humores do corpo, nos miasmas, nas sujeiras e nos odores. E, “assim, sempre esteve presente nos diferentes discursos e práticas sanitárias que se constituíram como respostas sociais às necessidades e aos problemas de saúde” (FREITAS, 2003, p. 138).

Para que se possa desenvolver ambientes mais salubres para se viver, deve-se levar em consideração a complexidade das relações sociais e da conexão entre os mais diversos setores da sociedade, partindo da proteção do meio ambiente e aos impactos causados das alterações ambientais que são produzidos sobre o processo de saúde-doença, tanto para a população humana, quanto para a população animal. Indo neste mesmo encontro, da relação entre saúde e ambiente, a Geografia Animal vem para explicar a correlação entre o humano e o animal e a sua ligação com o ambiente e a saúde.

### **3.7 Geografia Animal e Geografia da Saúde: uma associação pragmática**

Para melhor compreender a importância de se ter uma saúde homem-animal de determinado espaço, é preciso estabelecer um diálogo mais próximo com a Geografia Animal e a Geografia da Saúde. A constatação dos espaços e dos lugares sob a ótica da ciência geográfica e as relações entre homem-animal, saúde e ambiente, se faz jus, e de forma sucinta, resgatar alguns conceitos destes ramos do conhecimento científico.

Em relação a geografia animal no Brasil, ainda não se tem muitos estudos acerca, portanto, a maioria dos estudos são de origem Anglo-saxão e francesa, sendo abordados a partir de meados da década de 90 do século XX, e somente nos anos 2000 que essa discussão começou a ser tratada por brasileiros e espanhóis.



A geografia animal é considerada por Hens (2009), como sendo um subcampo dentro da geografia humana, que vem estudar as interações entre as espécies e reconhecer que as relações de homem-animal não podem ser entendidas, simplesmente, através de ideias de dominação e submissão. Uma das fundamentais funções da geografia animal é de compreender de forma melhorada, o mundo social dos humanos e dos animais, como eles existem lado a lado, coproduzindo espaços (HENS, 2009).

Segundo as percepções de Urbanik (2012, p. 38) essa nova geografia dos animais é definida como "o estudo de onde, quando, por que e como os animais interagem com as sociedades humanas" (URBANIK, 2012, p. 38). No estudo divulgado por Wolch e Emel (1995) é demonstrado um marco nesse mesmo sentido, visto que gerou um chamado para "trazer os animais de volta" as questões geográficas, das relações entre os animais, os ambientes e a sociedade. Os autores apresentam os animais como sendo considerados centrais para a sustentabilidade ambiental, econômica e para a ordem social; para as relações pessoais e identidade pessoal; bem como para o conceito de justiça e moralidade (WOLCH & EMEL, 1995).

Outro destaque importante dessa nova geografia é o livro de Chris Philo e Chris Wilbert (2000) intitulado de "Espaços Animais, lugares bestiais". Na obra encontra-se a seguinte afirmação:

Humanos são e sempre estiveram entrelaçados em relações sociais com os animais, para depois constituir, sem dúvida, parte integrante da própria sociedade humana. Os humanos são ecologicamente dependentes dos animais, principalmente como fonte de alimento, roupas e muitos outros materiais que sustentam nossa existência "humana" (PHILO & WILBERT, 2000, p. 03).

Foi a partir dos estudos de Philo & Wilbert (2000) que os geógrafos e pensadores das ciências humanas passaram a incluir os animais na perspectiva geográfica, e essa obra reforça a interação entre humanos e animais (COLTRO, 2016, p.57). Em outras palavras, não se deve esquecer da importância de se ter um espaço, onde o humano-animal possam se desenvolver de forma harmoniosa, e com isso consequentemente, proporcionar um maior equilíbrio entre a saúde humana e animal. Para melhor entender essa relação, entre espaço, homem-animal e a saúde fica pertinente um diálogo com uma abordagem por meio das questões próprias da geografia da saúde.

Atualmente, o espaço de estudo da geografia da saúde, permite que diferentes perspectivas paradigmáticas possam contribuir para o entendimento dos diversos níveis de

determinação dos problemas de saúde (BARCELLOS; BUZAI; HANDSCHUMACHER, 2018). Nesta concepção, a diversidade de questões e abordagens metodológicas verificadas contemporaneamente, evidenciam uma dinâmica de uma geografia da saúde caracterizada, não somente por um enfoque geográfico contido em questões de saúde, mas, especialmente a ciência aplicada à saúde, que se constitui num movimento generoso, de oferta de saúde, conceitos e métodos utilizados para compreender os problemas da saúde da população.

A principal contribuição da Geografia da Saúde foi a realização de estudos e pesquisas sobre distribuição espacial das doenças, onde a cartografia passa a ser uma das ferramentas fundamentais de trabalho, sendo utilizada não apenas para delimitar os pontos de incidência das doenças, mas também como forma de constatar outros fatores que pudessem adicionar novas informações à análise da doença (RAMOS, 2014, p.176).

Ainda, de acordo com as idealizações de Ramos (2014, p. 176) essa maneira de atuar da Geografia da Saúde proporciona suporte aos estudos no campo da saúde desde o século XX, quando se percebe que muitas doenças estavam relacionadas a reservatórios naturais ou eram transmitidas por vetores, estando suas dinâmicas diretamente relacionadas a inter-relação homem-meio. Então, a Geografia da Saúde passa a conquistar os modelos multicausais, nos quais se evidencia a tríade ecológica homem-agente-ambiente, conduzindo a importância da inter-relação entre homem e meio na propagação de determinadas doenças (MAGALHÃES, 2011). Assim, através dessa percepção, que Barcellos e Monken (2007, p.181), afirmam que a doença é uma manifestação do indivíduo e a condição de saúde é uma demonstração do lugar, visto que os lugares e seus diversos contextos sociais, dentro de uma cidade ou região, são resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais, que promovem condições particulares para a produção de doenças.

A Geografia da Saúde passou a se sustentar dos modelos diversificados de distribuição das doenças e causas de óbitos, em distintas escalas, de modo a esclarecer as variáveis relacionadas aos padrões espaciais observados, estabelecendo a relação entre saúde e ambiente, compreendendo as doenças enquanto manifestações coletivas (RAMOS, 2014, p. 178). O que se tem é a concepção de que a saúde não se delimita aos fatores humanos, genéticos e biológicos, e muito menos aos ambientais mais imediatos, mas que está intrinsecamente relacionada a determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais de maneira mais ampla (BUSS, 2000). Barcellos (2000) traz essa mesma percepção em:

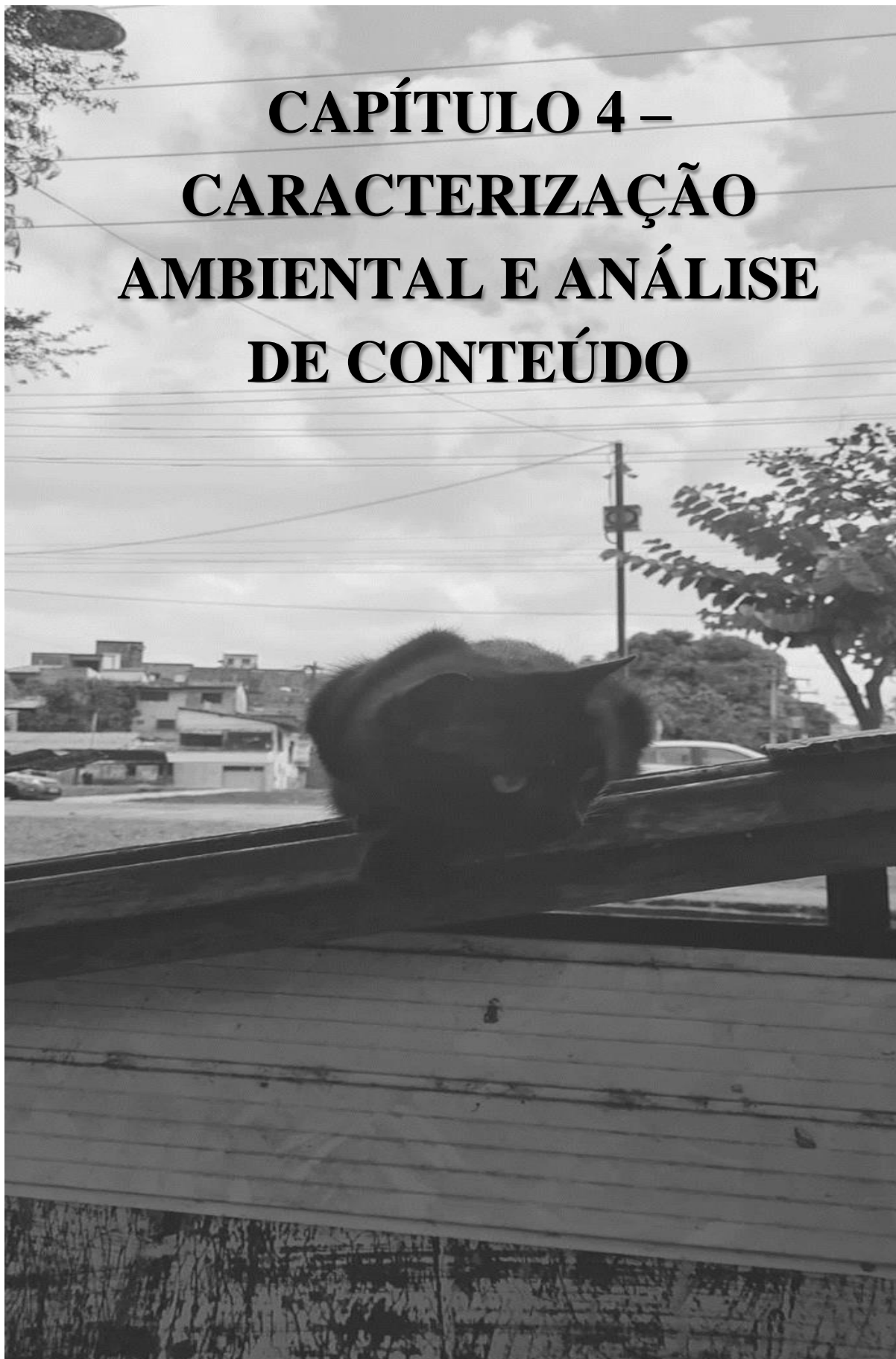
Podemos afirmar que a doença é uma manifestação do indivíduo e a situação de saúde é uma manifestação do lugar, pois os lugares e seus diversos contextos sociais, dentro de uma cidade ou região, são resultado de uma acumulação de situações históricas,

ambientais, sociais, que promovem condições particulares para a produção de doenças (Barcellos 2000).

Ainda no campo da Geografia da Saúde, Faria e Bortolozzi (2009) apontam que este ramo do conhecimento atende algumas lacunas não preenchidas por outras disciplinas voltadas ao campo da saúde, como por exemplo a epidemiologia, que correlaciona o entendimento do processo saúde-doença no contexto de profundas mudanças socioambientais, nas quais se observa mudança do perfil epidemiológico, surgimento de novas doenças e o reaparecimento de doenças potencialmente controladas, além da possibilidade de novas epidemias causadas pelo processo de globalização. Nessa conjuntura, a definição de espaço geográfico conduzido pela Geografia da Saúde permite avaliar a relação entre saúde e ambiente, enquanto produto da organização social do espaço, articulando os complexos elementos da dinâmica das sociedades, redirecionando o foco da investigação da doença, em si, e encaminhando-o para a análise das condições de ocorrência da saúde (FARIA; BORTOLOZZI, 2009).

Neste sentido, fica pertinente considerar também o quanto os ambientes insalubres aliados ao abandono de animais, podem transformar esses animais em vetores de doenças. Se não há uma atenção focada no controle dos animais abandonados, a problemática pode ser acentuada, gerando consequências ainda mais negativas, de risco a saúde pública, de forma direta e indireta para toda uma sociedade.

# **CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO**



Gato sobre casinha, e logo atrás residências nas proximidades da colônia. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Neste capítulo pretende-se discutir os dados obtidos através dos questionários e entrevistas realizadas, utilizando o método da análise de conteúdo.

Como descrito na metodologia, ressalta-se que a caracterização dos dados, de cada participante que respondeu ao questionário foi categorizado em Grupos e em formato de números, assim todos os entrevistados foram representados pelos códigos de G<sup>1</sup>, G<sup>2</sup>, G<sup>3</sup>, G<sup>4</sup>, G<sup>5</sup>, G<sup>6</sup>, G<sup>7</sup>, G<sup>8</sup> e G<sup>9</sup>. Além disso, foram suprimidos dados pessoais de indivíduos citados durante as entrevistas e na aplicação dos questionários, de modo a manter o anonimato de cada indivíduo e instituição entrevistada. Nos quadros da Análise de Conteúdo, as falas dos participantes serão representadas pelas mesmas codificações utilizadas no decorrer deste estudo.

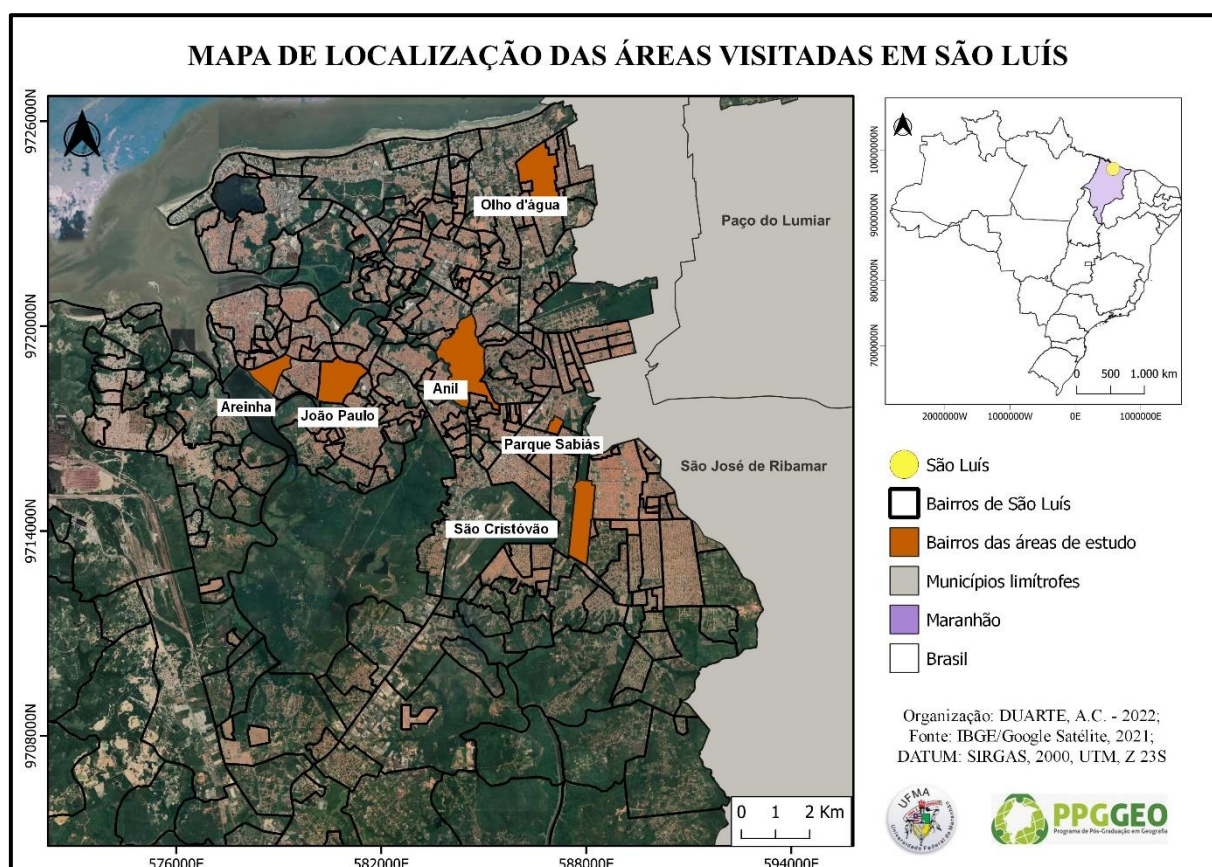
Todas as temáticas abordadas no decorrer das coletas de dados foram classificadas em categorias e subcategorias, formando unidades de registro, determinadas por temas das falas dos entrevistados e as unidades de contexto resultam do recorte que a unidade de registro está inserida. Para os quadros de Análise de Conteúdo dos questionários respondidos, em cada unidade de registro houve até quatro (04) unidades de contexto que representou a diversidade de respostas dos participantes e tornaram os quadros menos extensos. Este capítulo apresenta os quadros de Análise de Conteúdo seguido de seu descritivo e, ao final do capítulo, são realizadas discussões acerca dos resultados alcançados.

Foram coletadas seis entrevistas de forma presencial, sendo três ONGs, dois de Protetores Independentes, e uma de instituição pública. Além dos relatos apurados, pode-se registrar os espaços visitados, conhecendo a realidade de cada instituição, suas dificuldades enfrentadas e limitações.

Já no Projeto, caracterizado como um grupo de Protetores que estão tentando legalizar a instituição/ONG, a entrevista foi realizada através da plataforma digital, *Google Meet*, pois, este não possui sede, e os animais resgatados por este Projeto são direcionados as casas dos membros do grupo, onde conseguem lar temporário, por meio das redes sociais. O mesmo sistema ocorreu com uma das instituições privada e uma pública, onde essas entrevistas foram realizadas de forma remota, em decorrência da restrição no atendimento presencial por conta da pandemia.

No decorrer das entrevistas, foi relatado a questão de pontos de abandonos na cidade, cuja definição dada pelos entrevistados é que esses pontos são conhecidos como colônias. As colônias visitadas não serão identificadas no decorrer desse estudo, por uma questão de segurança dos animais.

Neste capítulo, ainda pretendeu-se conhecer os grupos mediante a visitação dos mesmos e das áreas de abandono (imagem 03) em São Luís, por meio da elaboração de mapa, e também, através de registros fotográficos, todos realizados durante a pesquisa de campo. As fotografias reproduzem a ocorrência de determinados eventos e permitem a compreensão da história de cada localidade, isso sob a ótica do pesquisador e do leitor das imagens.



**Imagem 03** - Localização das áreas visitadas e pontos de abandono em São Luís. Fonte: IBGE, 2022.

As fotografias foram catalogadas de acordo com a temática abordada nesse capítulo. Além disso, as fotos foram agrupadas em mosaicos temáticos para uma melhor análise dos ambientes visitados. A escrita deste capítulo traz, a cada tópico, a fotografia e a interpretação das imagens e ao final do capítulo têm-se as discussões sobre os resultados alcançados.

#### **4.1 O Abandono de Animais Domésticos no Município de São Luís - MA**

O abandono de animais domésticos no município de São Luís, é motivo de muita preocupação, principalmente, para ONGs, Projetos, Protetores Independentes e simpatizantes, que vem afetando a saúde pública, da população, e de outros animais que têm o convívio com animais abandonados, ou com aqueles que estão em situação de rua. Os animais em situação de

rua são aqueles que estão vivendo em logradouros públicos, entretanto na maioria das vezes tem alguém que fornece suporte como alimentação, água ou prestando qualquer tipo de assistência.

No sentido de agregar novas informações ao abandono de animais, aqui será abordada como subcategoria: o acolhimento de cães e gatos (imagem 04).



**Imagem 04** - cadela recém-chegada no canil, e ao fundo os animais da ONG. Fonte: dados da pesquisa, 2022.

#### 4.1.1 Acolhimento de cães e gatos

O acolhimento de cães e gatos é realizado por quase todos dos grupos. Como destaca G<sup>5</sup>, que “*isso é um trabalho de formiguinha mesmo*”. Na fala do G<sup>5</sup> entendeu-se que o trato com os animais é destinado a promoção de dignidade, mesmo com recursos limitado, ao ambiente em que eles são acolhidos.

A percepção dos entrevistados sobre as áreas de maior abandono em São Luís, foram um tanto parecidas (quadro 01), enquanto a G<sup>1</sup> direcionou esse ponto para as feiras livres, o G<sup>4</sup> indicou, além das feiras livres, as colônias visitadas e alguns órgãos públicos. Já o G<sup>2</sup> e G<sup>3</sup> relatam que é na cidade inteira e nas colônias, o G<sup>5</sup> e G<sup>6</sup>, apontam somente para as colônias (imagem 05a,b,c).

G<sup>1</sup> - “*onde apresenta pontos gravíssimos, são as feiras livres, é um local de abandono sistêmico, principalmente gatos (...)*”

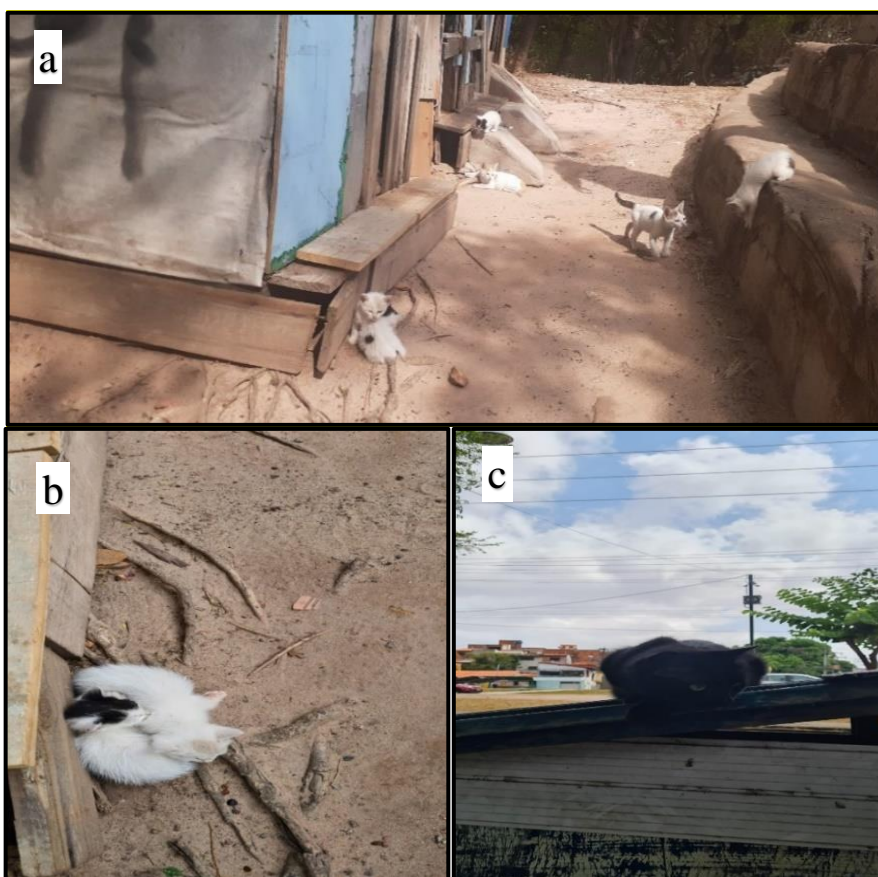
G<sup>2</sup> - “*Aqui é na cidade inteira. É o que acontece, por exemplo, com os cães e gatos que são abandonados eles não ficam no mesmo lugar, vão caminhando atrás de água e comida, e se estiverem no cio, aí eles vão longe. Mas falando em pontos de abandono, a praça dos gatos é um marco*”.

G<sup>3</sup> - “*Qualquer ponto da cidade de São Luís tem abandono. Eu não resgato em um único ponto, tenho animais aqui que são de dentro da Grande Ilha.*”

G<sup>4</sup> - “*São as feiras livres, e tem alguns pontos na cidade que se tornaram muito conhecidos, por isso, um deles é bem conhecido, que são as colônias (...). Outro lugar também que conheço é em alguns órgãos públicos, que inclusive já estamos fazendo campanhas para arrecadar recursos para castrar esses animais.*”

G<sup>5</sup> - “*Abandonam muitos aqui, e isso é mau tratos(...)*”

G<sup>6</sup> - “*Com certeza aqui na colônia*”.



**Imagem 05a-c** - gatos abandonados em colônias. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

O G<sup>7</sup> direciona que o abandono ocorre nas feiras livres e dá exemplo de uma região no município (imagem 06a,b), assim como o G<sup>8</sup> que também indicou uma determinada região:

G<sup>7</sup> – “Aonde nós vamos tem uma maior predominância de animais soltos nas ruas, isso não significa total abandono, mas é aquele animal que vive no regime semi-intensivo, ou seja, ele vive na casa e na rua, as vezes muito mais tempo na rua né. Ele é um cão semi-domiciliado, essa é a expressão correta, as pessoas liberam seus animais para irem se alimentar nas feiras, onde há comercialização de alimentos. Então, você tem um distrito sanitário, por exemplo o Itaqui Bacanga que é uma área de maior densidade de cães e gatos de São Luís, isso de acordo com nossos levantamentos. Então, seguramente lá, se você for nas feiras ou em logradouros públicos esses animais estão perambulando, andando por ali, em busca de alimentos”.

G<sup>8</sup> – “Acho que aqui nesse bairro pegando Cidade Operária, tem uma incidência muito grande na Vila Olímpica tem muito problema de leishmaniose. Esses animais que vem daí geralmente testam positivo.”





**Imagem 06a-b** – animais em situação de rua em uma feira de São Luís. Fonte: dados fornecidos por protetor independente, 2022.

Nos estudos realizados por Nascimento (2019), os abandonos decorrem por motivos variados, vai desde uma ninhada indesejada até por questões econômicas, como a perda de emprego, por exemplo. E entre os entrevistados a resposta não foi diferente, destacaram os principais motivos que levam os tutores a abandonarem seus animais:

G<sup>1</sup> - “as vezes é falta de conhecimento, e principalmente ninhadas indesejadas (...)”

G<sup>2</sup> - “É uma resposta que temos que procurar todos os dias. Porque, tem a ver com a bondade que não foi cultivada nas pessoas que praticam esse ato”

G<sup>3</sup> - “Falta de políticas públicas, primeiramente, né? Falta de um hospital veterinário público ou clínica pública que pudesse atender esses animais de pessoas carentes. 90% deles são abandonados por 3 motivos: ou esta gestante, ou parirão, ou estão doentes, e eles não tem como arcar.”

G<sup>4</sup> - “Muita gente abandona animal, porque o animal está doente (...), são muitas vezes financeiros né, uma gravidez não esperada num animal que teve acesso a rua”.

G<sup>5</sup> - “as pessoas viajam, e começam a jogar gatos e cachorros para a rua”.

G<sup>6</sup> - “(...)o pessoal não tem mais condição criar e vem jogar aqui(...)”

G<sup>7</sup> - “O primeiro motivo que eles colocam é de que aquele animal passou a agredir a família. Diria assim que 80% dos nossos chamados de pessoas que querem se desfazer de seus cães e gatos o motivo principal é esse. E aí, a gente não poderia deixar de esquecer que a questão econômica, influenciou também e muito né, e muito nas famílias em querer, a todo custo de todo modo, porque é um custo elevado, o preço da ração né, com os impostos ela cresceu absurdamente, e isso impactou as famílias.”

G<sup>8</sup> - “há são motivos variados, vai desde uma viagem de final de ano a uma perda do emprego.”

G<sup>9</sup> - “eu acho que o fato econômico pesa muito. O próprio trabalho é outro ponto, pois muitos alegam que não tem mais tempo. Ou, as vezes adota um filhote bonitinho, pequenininho, mas no primeiro problema de saúde já descarta. Acontece também quando é caso de doença mais grave, ou então algum problema de pele.”

O G<sup>1</sup>, G<sup>2</sup>, G<sup>3</sup>, G<sup>4</sup>, G<sup>5</sup> e o G<sup>6</sup> são grupos que atuam com recursos mantidos por conta própria ou por meio de voluntários. Alguns contam somente com a ajuda de seus fundadores. Outros recebem recursos de esferas públicas distintas. Há grupos que precisam cobrar para se

manter em funcionamento, mesmo estando dentro de dependências públicas, não recebe nenhuma ajuda ou incentivo do governo. Há aqueles mantidos com recursos, integralmente próprio, onde toda a movimentação ocorre de forma voluntariada, ou tudo acaba sendo arcado pela empresa. Há grupos que atuam com a doação fixa de mensalistas, que ajudam com recursos próprios, e é com isso que todos sobrevivem. E, ainda se tem as vendas de lanches, rifas, venda de camisas (imagem 07), de banner, de bazar, e é assim que a instituição vem se mantendo. Há grupos que para pagar tratamentos e castrações fazem rifas, ou solicitam ajuda através das redes sociais. Na pergunta se eles recebem ajuda governamental, todas as respostas foram categóricas, exceto uma:

G<sup>1</sup> - *“Não, infelizmente não”*

G<sup>2</sup> - *“Eu sonho com isso um dia, porque não tem como fazer um trabalho maior e melhor se não tiver um aporte.”*

G<sup>3</sup> - *“É para sorrir? nem governamental, nem de estado, nem de Município, nem político, nada. As poucas doações que chegam são de pessoas que acompanham a página né, e procuram ajudar na medida do possível. Mas que não chega a suprir sequer 40% de todas nossas necessidades”.*

G<sup>4</sup> - *“Não, o que a gente recebe de ajuda são doações dos seguidos das redes sociais da gente(...).”*

G<sup>5</sup> - *“Nenhuma”*

G<sup>6</sup> - *“só nos mesmo e Deus”*

G<sup>7</sup> - *“A política de vigilância em zoonoses é tripartite, o governo federal repassa recursos por meio de transferências obrigatórias, o Estado faz a gestão dessa política mediante a distribuição sobretudo de imunobiológico e insumos para essa campanha que são as seringas, as agulhas. Então, cada município faz o acompanhamento né, o monitoramento dessas coberturas vacinais em todo o Estado. Entretanto, essa política vem demonstrando que é marginalizada por não cobrir todo o Estado, apenas 5 municípios.”*

G<sup>8</sup> - *“Não, as ajudas que temos recebido é como já falei, tem sido pontuais, entorno da Vara difuso e do deputado (...), que colocou uma emenda, mas essas emendas é para comprarmos materiais, não insumo para você gastar, e é aí que fica o problema, eu compro um aparelho de ultrassom e agora para usar o insumo não tem.”*

G<sup>9</sup> - *“Não, é tudo ação e doação da empresa”.*



**Imagem 07** – camisas que ficam à venda. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Já em relação a possíveis convênios e parcerias, todos disseram que têm, exceto o G<sup>2</sup>, que declara que “sai tudo do meu bolso, desde ração a medicamentos, mas estou buscando fazer parcerias, pois se não for assim, não tem como avançar, porque não podemos contar com o poder público”. Já o G<sup>1</sup> e o G<sup>4</sup> relataram duas instituições privadas, que realizam “eventos de adoção de cães e gatos” (imagem 08a-d) resgatados, contudo, somente uma das instituições privadas, realiza algumas doações de rações e medicamentos, esporadicamente (quadro 01), e também tem as clínicas veterinárias que fazem alguns preços mais acessíveis, como é o caso de consultas, exames e castrações. As parcerias de G<sup>3</sup> estão relacionadas às rações “muitas vezes eles nos doam ração né, que estão em avaria ou então próximo de vencer”. O G<sup>5</sup> e G<sup>6</sup> são somente, com *petshop* “que realizam castração dos gatos com preços mais acessíveis” como, destacou G<sup>6</sup>. Já o G<sup>7</sup> frisou que

*G<sup>7</sup> – “Sim, com uma empresa privada ... Também temos parcerias com o corpo de bombeiros, que é uma instituição pública reconhecida e com credibilidade, onde realizamos alguns resgates juntos.”*



**Imagem 08a-d** - eventos de adoção de cães e gatos realizado por instituição privada em parceria com G<sup>1</sup>, G<sup>4</sup> e G<sup>7</sup>.  
Fonte: dados cedidos por instituição privada, 2022.

O G<sup>8</sup> declarou que “convênios em si, só por via da Vara de Interesse Difuso, mas temos parcerias com a ONG (...), a gente não tem nada assinado, mas fazemos acordos”, um exemplo

disso, é que “eles trazem 10 animais para tratarem, a gente trata e depois dá um tempo, aí depois já fazemos com outra ONG. Porque na realidade, a gente só ajuda quando temos ajuda também, e quando não temos ajuda, fazemos menos do que era pra ser feito.” Além disso, o G<sup>8</sup> ressalta que faz algumas campanhas sociais para pessoas carentes, a instituição tem parcerias com petshops e relata:

*G<sup>8</sup> – “... há um projeto onde fizemos um levantamento para saber quantos animais tinham abandonados aqui, que foram um total de 118, fizemos o cadastro de todos e eles são atendidos, gratuitamente. Além disso, fazemos campanhas com o castra móvel, além dos convenio com a Vara de Interesse Difuso que num primeiro momento foram 6.062 atendimentos, e depois eles fizeram mais outro repasse e já estamos aí com mais de 2.000 castrações.”*

O G<sup>9</sup> já aponta que tem parcerias:

*G<sup>9</sup> - “Sim, com três ONGs, desde as primeiras feiras dos eventos de adoção que fizemos, buscou-se pelas ONGs, Projetos e Protetores locais para a realização dos eventos. Então entramos com toda a estrutura para o evento de gaiolas, cercados, avaliação clínica, mais a vacina de virose, e também o microchip de identificação, que no momento está até suspenso, porque está com falta no mercado, microchipava-se os animais mais pela questão da identificação, pois tem uma numeração que vai vinculada com os dados do adotante e tudo mais.”*

As campanhas de atenção aos animais abandonados, promovidos por G<sup>9</sup>, são feitas através dos eventos de adoção, é relatado que “temos uma média de 30 a 40 animais adotados por evento, mas já tivemos eventos que já se doou 119 animais numa campanha só de adoção”. O grupo menciona que os eventos de adoção são realizados, geralmente, uma vez ao mês, dependendo muito da demanda das ONGs e da procura pelos clientes, também, faz-se campanhas usando as mídias de televisão, rádios, mas, principalmente a internet que se tenta sensibilizar a população ou realiza-se campanhas de arrecadação de ração. Ainda segundo o G<sup>9</sup>, eles fizeram uma arrecadação no início desse ano (2022):

*G<sup>9</sup> - “A gente teve uma agora que finalizou em janeiro de 2022, e conseguimos arrecadar mais de 3 toneladas de ração, e essa ração foi toda doada para as ONGs e Projetos parceiras (imagem 09a-b), e essas instituições, também, dividem a ração com outras ONGs que não são parceiras nossa, para assim tentar contemplar o maior número de Protetores e Projetos que também precisam de fato”.*



**Imagem 09a-b** - rações doadas a ONGs e projetos parceiras do G<sup>8</sup>. Fonte: dados cedidos por instituição privado, 2022.

Complementando com a discussão Wolch e Emel, (1995) apontam que os animais são considerados centrais para a sustentabilidade ambiental, econômica e para a ordem social. E para tentar alcançar esses objetivos, que os grupos têm a preocupação e o cuidado em resgatar, tratar com um veterinário, castrar e colocar para adoção. Assim, tentam minimizar o sofrimento dos animais e evitar ninhadas indesejáveis de cães e gatos. Mas, apesar desse esforço de todos, tem uma época do ano que o índice de abandono cresce, no qual todos declararam que são os meses de férias, como janeiro e dezembro, que é quando as pessoas viajam ou se mudam.

Quadro 01- Entrevista: abandono de animais doméstico em São Luís-MA

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTO
<p style="text-align: center;"><b>ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICO EM SÃO LUÍS-MA</b></p>	<p style="text-align: center;">Acolhimento de cães e gatos</p>	<p style="text-align: center;">Áreas de maior abandono</p>	<p>G<sup>1</sup> - “aonde apresenta pontos gravíssimos, são as feiras livres, é um local de abandono sistêmico, principalmente gatos(...)”</p> <p>G<sup>2</sup> - “Aqui é na cidade inteira. É o que acontece, por exemplo, com os cães e gatos que são abandonados eles não ficam no mesmo lugar, vão caminhando atrás de água e comida, e se estiverem no cio, aí eles vão longe. Mas falando em pontos de abandono, a praça dos gatos é um marco”.</p> <p>G<sup>3</sup> - “Qualquer ponto da cidade de São Luís tem abandono. Eu não resgato em um único ponto, tenho animais aqui que são de dentro da Grande Ilha.”</p> <p>G<sup>4</sup> - “São as feiras livres, e tem alguns pontos na cidade que se tornaram muito conhecidos, por isso, um deles é bem conhecido, que são as colônias (...). Outro lugar também que conheço é em alguns órgãos públicos, que inclusive já estamos fazendo campanhas para arrecadar recursos para castrar esses animais.”</p> <p>G<sup>5</sup> - “Abandonam muitos aqui, e isso é maus tratos(...)”</p> <p>G<sup>6</sup> - “Aparece diariamente, diferentes gatos jogados por aqui(...)”</p> <p>G<sup>7</sup> - “Aonde nós vamos ter uma maior predominância de animais soltos nas ruas, isso não significa total abandono, mas é aquele animal que vive no regime semi-intensivo, ou seja, ele vive na casa e na rua, as vezes muito mais tempo na rua né. Ele é um cão semi-domiciliado, essa é a expressão correta, as pessoas liberam seus animais para irem se alimentar nas feiras, onde há comercialização de alimentos. Então, você tem um distrito sanitário, por exemplo o Itaquí Bacanga que é uma área de maior densidade de cães e gatos de São Luís, isso de acordo com nossos levantamentos. Então, seguramente lá, se você for nas feiras ou em logradouros públicos esses animais estão perambulando, andando por ali, em busca de alimentos”.</p>

			<p>G<sup>8</sup> – “Acho que aqui nesse bairro pegando Cidade Operária, tem uma incidência muito grande na Vila Olímpica tem muito problema de leishmaniose. Esses animais que vem daí geralmente testam positivo.</p>
		<p>Motivos que levam os tutores a abandonarem</p>	<p>G<sup>1</sup> - “Às vezes é falta de conhecimento, e principalmente ninhadas indesejadas (...)”  G<sup>2</sup> - “É uma resposta que temos que procurar todos os dias. Porque, tem haver com a bondade que não foi cultivada nas pessoas que praticam esse ato”.  G<sup>3</sup> - “Falta de políticas públicas, primeiramente, né? Falta de um hospital veterinário público ou clínica pública que pudesse atender esses animais de pessoas carentes. 90% deles são abandonados por 3 motivos: ou esta gestante, ou parirão, ou estão doentes, e eles não tem como arcar.”  G<sup>4</sup> - “Muita gente abandona animal, porque o animal está doente (...), são muitas vezes financeiros né, uma gravidez não esperada num animal que teve acesso a rua”.  G<sup>5</sup> - “As pessoas viajam, e começam a jogar gatos e cachorros para a rua”.  G<sup>6</sup> - “O pessoal não tem mais condição criar e vem jogar aqui(...)”  G<sup>7</sup> - “O primeiro motivo que eles colocam é de que aquele animal passou a agredir a família. Diria assim que 80% dos nossos chamados de pessoas que querem se desfazer de seus cães e gatos o motivo principal é esse. E aí, a gente não poderia deixar de esquecer que a questão econômica, influenciou também e muito né, e muito nas famílias em querer, a todo custo de todo modo, porque é um custo elevado, o preço da ração né, com os impostos ela cresceu absurdamente, e isso impactou as famílias.”  G<sup>8</sup> - “há são motivos variados, vai desde uma viagem de final de ano a uma perda do emprego.”  G<sup>9</sup> – “eu acho que o fato econômico pesa muito. O próprio trabalho é outro ponto, pois muitos alegam que não tem mais tempo. Ou, as vezes adota um filhote bonitinho, pequenininho, mas no primeiro problema de</p>

			saúde já descarta. Acontece também quando é caso de doença mais grave, ou então algum problema de pele.”
		Ajuda governamental	<p>G<sup>1</sup> - “Não, infelizmente não”</p> <p>G<sup>2</sup> - “Eu sonho com isso um dia, porque não tem como fazer um trabalho maior e melhor se não tiver um aporte.”</p> <p>G<sup>3</sup> - “É para sorrir? nem governamental, nem de estado, nem de Município, nem político, nada. As poucas doações que chegam são de pessoas que acompanham a página né, e procuram ajudar na medida do possível. Mas que não chega a suprir sequer 40% de todas nossas necessidades”.</p> <p>G<sup>4</sup> - “Não, o que a gente recebe de ajuda são adoções dos seguidos das redes sociais da gente(…).”</p> <p>G<sup>5</sup> - “Nenhuma”</p> <p>G<sup>6</sup> - “só nos mesmo e Deus”</p> <p>G<sup>7</sup> - “A política de vigilância em zoonoses é tripartite, o governo federal repassa recursos por meio de transferências obrigatórias, o Estado faz a gestão dessa política mediante a distribuição sobre tudo de imunobiológico e insumos para essa campanha que são as seringas, as agulhas. Então, cada município faz o acompanhamento né, o monitoramento dessas coberturas vacinais em todo o Estado. Entretanto, essa política vem demonstrando que é marginalizada por não cobrir todo o Estado, apenas 5 municípios.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Não, as ajudas que temos recebido é como já falei, tem sido pontuais, entorno da Vara difuso e do deputado (...), que colocou uma emenda, mas essas emendas é para comprarmos materiais, não insumo para você gastar, e é ai que fica o problema, eu compro um aparelho de ultrassom e agora para usar o insumo não tem.”</p> <p>G<sup>9</sup> - “Não, é tudo ação e doação da empresa”.</p>
			G <sup>1</sup> - “Tem dois projetos, a da feirinha de adoção do (...) com o petshop petfamily (...)”



		Convênios e parcerias	<p>G<sup>2</sup> - “Sai tudo do meu bolso, desde ração a medicamentos, mas estou buscando fazer parcerias, pois se não for assim, não tem como avançar, porque não podemos contar com o poder público”.</p> <p>G<sup>3</sup> - “Na questão de doações de animais com a <i>Petland</i>, muitas vezes eles nos doam ração né, que estão em avaria ou então próximo de vencer”</p> <p>G<sup>4</sup> - “A gente tem parcerias com a (...), o nosso Projeto e mais dois. Aí a gente participa das ferinhas de adoções (...)”.</p> <p>G<sup>5</sup> - “Com <i>petshop</i> que realizam castração dos gatos com preços mais acessíveis”</p> <p>G<sup>6</sup> - “São somente com <i>petshop</i>”.</p> <p>G<sup>7</sup> - “Sim, com uma empresa privada ... Também temos parcerias com o corpo de bombeiros, que é uma instituição pública reconhecida e com credibilidade, onde realizamos alguns resgates juntos.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Temos convênios em si, só por via da Vara de interesse difuso, mas temos parcerias com a ONG (...), a gente não tem nada assinado, mas fazemos acordos, como por exemplo, eles trazem 10 animais para tratarem, a gente trata e depois dá um tempo, aí depois já fazemos com outra ONG. Porque na realidade, a gente só ajuda quando temos ajuda também, e quando não temos ajuda, fazemos menos do que era pra ser feito.”</p> <p>G<sup>9</sup> - “Sim, com três ONGs, desde as primeiras feiras dos eventos de adoção que fizemos, buscou-se pelas ONGs, Projetos e Protetores locais para a realização dos eventos. Então entramos com toda a estrutura para o evento de gaiolas, cercados, avaliação clínica, mais a vacina de virose, e também o microchip de identificação, que no momento está até suspenso, porque está com falta no mercado, microchipava-se os animais mais pela questão da identificação, pois tem uma numeração que vai vinculada com os dados do adotante e tudo mais.”</p>
--	--	-----------------------	--

Fonte: a autora, 2021.

## 4.2 Saúde Pública

Para todos os entrevistados, há ausência de políticas públicas voltadas para os animais em São Luís, sendo esta questão um dos maiores entraves para o bem-estar animal. Isso acaba afetando a saúde da população, assim como também a de outros animais que estejam saudáveis. Por isso, Milano e Oscherov (2002) recomendam que a população, que esteja em situação de risco, por possíveis agressões pelos animais soltos nas ruas, tenha conhecimento sobre essas doenças que podem de alguma forma afeta-los.

Os entrevistados esclarecem que precisam lidar com os animais, ainda mais os recém-chegados, e até que haja uma consulta médica veterinária, não é possível saber se tais animais possuem alguma doença contagiosa. Segundo G<sup>5</sup>, *“as vezes esses animais são abandonados, justamente por adquirem alguma doença”*. Por conta disso, que muitos desses animais chegam nas ONGs, nos Projetos ou são abandonados nas colônias com algumas doenças (quadro 02), dentre elas os participantes citam:

G<sup>1</sup> - *“São verminoses, calasar, babesia (doença do carrapato), cinomose (doença transmitida pelo ar)”*

G<sup>2</sup> - *“É babesia e a erliquiose que são doenças do carrapato, tem o calasar, e são muitos animais com calasar, muitos mesmo. Há também, os que chegam aqui cheios de verminose, muita verminose mesmo”*.

G<sup>3</sup> - *“É anemia profunda, caquexia, doença do carrapato, miíases, são esses os principais fatores”*.

G<sup>4</sup> - *“Em gato, geralmente, é rinotraqueíte que é a gripe felina, em gato também tem muito FIV que se chama assim de forma meia grosseira, se diz que é a AIDS felina. Em cães, geralmente é babesia e erliquia são as mais comuns e calasar que é a leishmaniose que são as mais encontradas”*.

G<sup>5</sup> - *“Aparecem muitos gatos com pêlos caindo, olhos remelando, orelhas e rabos e pelados (...)”*

G<sup>6</sup> - *“Tem muito bicho que vem pra cá cheio de pulga, doente, e a gente quem cuida deles (...)”*.

G<sup>7</sup> - *“Calasar é disparado na frente, nós temos uma prevalência do calasar, agora posso dizer, porque esse dado nós não tínhamos nós estamos trabalhando em alguns bairros de São Luís, e a incidência e prevalência do calasar canino é assustador. Tem bairros da cidade que tem de 35 a 37% de cães com o calasar. Então, isso é elevadíssimo para os padrões nacionais, para os padrões do nordeste que fica entorno de 12 a 15%. Isso tudo é fruto dessa política, sem querer acusar ninguém, longe disso né, que não se passou a fazer mais nenhum tipo de inquérito sorológico dos cães, e ao mesmo tempo né, encoleirar esses animais para a proteção contra o vetor transmissor. E a raiva né, não podemos esquecer a raiva, é um vírus rápido que ele circula, até porque as coberturas vacinais nos municípios que aqui estão próximos são muito baixas, abaixo de 80% e isso não impede que o vírus da raiva, ela circule entre os quatro municípios da Ilha”*.

G<sup>8</sup> - *“Tem a questão regional né, a questão também do período chuvoso que se concentra muitas viroses, muita virose mesmo, cinomose, leptospirose, bactérias em geral. Mas hoje está ampliando, tem as neoplasias mamárias, tumores está dando com muita frequência e leishmaniose também”*.

Os animais abandonados que são resgatados pelos G<sup>1</sup>, G<sup>2</sup>, G<sup>3</sup> e G<sup>4</sup>, ou mesmo acolhidos quando são encontrados nas portas das ONGs, Projetos ou Protetores, passam por um

processo de triagem, onde na G<sup>1</sup>, por exemplo, aponta que “os gatos são colocados em gaiolas e medicados quando precisam (imagem 10a) ou em gatis (imagem 10b) para separar dos que já estão tratados, e os cães são encaminhados para canis (imagem 11) para receberem tratamentos adequados”. Estes animais passam por consultas médicas veterinária, são medicados quando precisam, e logo após, se não houver mais nenhum tratamento a ser feito, eles são castrados, tanto os machos quanto as fêmeas, e somente depois é feito as campanhas de adoção desses animais. “E os animais só são doados mediante assinatura de um documento, no qual o tutor se responsabiliza em cuidar desse animal, dando as assistências necessárias para seu desenvolvimento e bem-estar” (G<sup>1</sup>).



**Imagem 10a** – filhotes de gatos em gaiolas sendo medicados. **b** – animais em gatis. Fonte: dados da pesquisa, 2021.



**Imagem 11** – animal no canil em ONG. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Nos G<sup>5</sup> e G<sup>6</sup>, não são realizados resgates, somente feito os acolhimentos de gatos, já que estes animais são destinados a esses ambientes de forma mais acentuada. Além disso, por serem ambientes abertos (imagem 12), o abandono destes animais pode ocorrer a qualquer momento. Quando o grupo reconhece que ocorreu um abandono, eles vão analisar esse animal,

saber se chegou ferido, se possui algum membro quebrado, se os pêlos estão caindo (imagem 13). Se caso houver algumas dessas ocorrências, é feito atendimento com curativos ou são direcionados a algum consultório veterinário. São feitas campanhas pra arrecadar recursos para a castração dos animais, e os grupos utilizam as redes sociais para tentarem encontrar um lar para os gatos que recém-chegados e para os que já estão na área de abandono.



**Imagem 12** - área aberta, local de abandono. Fonte: dados da pesquisa, 2021.



**Imagem 13** - felino recém-chegado com pêlos caindo. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

As limitações mais relatadas que impedem o maior controle desse abandono estão relacionadas a falta de políticas públicas, argumento presente em quase todas as falas (quadro 02):

G<sup>1</sup> - “é que não tem um abrigo público nas esferas estaduais e nem municipais”

G<sup>2</sup> - “Com certeza é uma coisa que é macro, que tem seus pilares, que é política pública. Ai a gente vai nos pilares, a educação, segurança pública e saúde, se não trabalharmos em cima de políticas públicas não tem como progredir”.

G<sup>3</sup> - “A falta de políticas públicas mesmo, e do engajamento e da responsabilidade que é do Estado e do Município, são eles que são detentores dos valores direcionados a saúde animal, e nós sabemos na realidade que não é usado 1/3.”

G<sup>4</sup> - “Eu acho que é desinteresse na causa, sinceramente (...), não existe políticas públicas direcionada, já até tentaram né, mas a gente não foi ouvido.”

G<sup>5</sup> - “Não existe política pública nenhum para os animais(...).”

G<sup>6</sup> - “o poder público não tem nenhum tipo de olhar pra cá. (...)”

G<sup>7</sup> - *“Em primeiro aspecto as limitações dizem respeito a sua estrutura física, então nós vivemos numa área, embora seja razoavelmente ampla, mas as edificações não têm um suporte para abrigar um maior número de cães e gatos. Do ponto de vista funcional, nós temos limitações com relação a funcionários, pois o que nós tínhamos, cerca de 20% estão na ociosidade, e outros adoeceram. Então é uma outra limitação, você não tem muitas pessoas vocacionadas para essas atividades, não há concurso há muitos anos. Outro aspecto, diz respeito ao orçamento, financiamento das ações para vigilância... E os veículos também, nós não temos uma frota de veículos com capacidade para atender as enormes demandas que nos chegam, no ano passado, chegamos atender mais de 2.000 animais. Então foi um registro assim, que surpreendeu, nós estamos em abril, e nós já temos, próximo de 1.100 atendimentos. Então vejam que em 3 meses nós já fizemos 50% do que foi feito em 2021. E isso nos assusta, por conta das nossas limitações.”*

No G<sup>8</sup>, é relatado que a maior das limitações do grupo é dificuldade no que diz respeito a manutenção e despesas mensais, apesar do mesmo ser uma instituição pertencente a esfera estadual, eles apontam que:

G<sup>8</sup> - *“Para nós um dos grandes problemas é a questão da sustentabilidade... Pois precisamos cobrar para poder se manter, e não somos a favor disso, gostaríamos que tivesse, ou no Estado ou no Município, que arcassem com as despesas normais ...e aí, disponibilizasse o dinheiro para que a gente pudesse trabalhar, porque não visamos lucro. Então, se a gente não visa lucro, está cobrando para nós é constrangedor.”*

Os participantes da pesquisa, descrevem que os animais que chegam nos grupos, já sofreram maus-tratos. Visto que, segundo G<sup>5</sup>, o primeiro tipo de maus-tratos que um animal sofre é decorrente do próprio abandono. Corroborando com os entrevistados, Nascimento (2019), relata ainda, que abandonar o animal doente, ferido, mutilado, envelhecido, machucado, também configura maus-tratos. Além de ser considerado crime ambiental, tendo sanções previstas em Lei (BRASIL, 2020).

A maior parte dos animais que passam por algum tipo de maus-tratos, ficam com sequelas, como G<sup>2</sup> decorre que *“a maioria dos animais chegam acuados, com medo até de serem tocados, principalmente, gatos”* (imagem 14). Até mesmo nos G<sup>5</sup> e G<sup>6</sup>, existe algumas casinhas com informativos (imagem 15) para tentar inibir o abandono de animais, porém o abandono ainda é muito frequente. Nas entrevistas realizadas, fala-se sobre a questão dos maus-tratos nos animais (quadro 02):

G<sup>1</sup> - *“Há muitos pedidos de ajuda para animais feridos pela cidade”*

G<sup>2</sup> - *“Existem muitos animais abandonados pela cidade, muitos sofrem maus tratos, ainda mais nas ruas, resgato o que posso”.*

G<sup>3</sup> - *“Há vários. Todos que estão aqui. Tenho uma cadelinha chamada Felícia, é uma pretinha sem uma pata (imagem 16). A história dela é o seguinte: é a pessoa sabia quem era o tutor dela, mas não quis entregar, divulgar o nome, e eu fui busca-la com metade da pata amputada com uma faca, porque simplesmente, ela tinha roubado três pedaços de carne de cima da mesa, então é um dos vários casos que conheço”.*

G<sup>4</sup> - *“Já resgatamos várias vezes animais que sofreram maus-tratos, isso aí é bem comum, já teve vários casos assim, lembro de vários.”*

G<sup>5</sup> - “Já tivemos casos de envenenamento dos animais, donos de cães que colocam seus animais para matar os gatos(...).”

G<sup>7</sup> - “O próprio abandono já é maus-tratos né. Então está sendo assim, digamos que somos uma válvula de escape, pois as pessoas deliberadamente, querendo se livrar dos seus cães e gatos, e a maneira que encontraram é de que a instituição tem a obrigação de fazer esses resgates, completamente distorcido né, esses animais estão submetidos a maus-tratos eles são resgatados, com ênfase nos animais abandonados em logradouros públicos, animais de posse de tutor e de acumuladores seria uma tarefa das secretárias de meio ambiente. No entanto, nós estamos fazendo todas essas atividades.”

G<sup>8</sup> - “Já, já. Aqui é assim, normalmente alguns casos chegam e falam olha não sei o que houve com ele, estava lá deitado e começou a sentir dor e trazem, essas pessoas normalmente querem deixar aqui e irem embora, e aí onde entra a dificuldade que a gente não aceita, e identificamos logo que ali vai dá problemas.”



**Imagem 14** - gato acuado com medo de aproximação no G<sup>2</sup>. Fonte: dados da pesquisa, 2021.



**Imagem 15** - casinha com informativo para tentar inibir o abandono. Fonte: dados da pesquisa, 2021.



**Imagem 16** - cadela com pata mutilada. Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Foram muitos relatos, dentre eles, destaca-se quando G<sup>6</sup> retrata várias situações, entre elas:

G<sup>6</sup> - *“Aparece diariamente, diferentes gatos jogados por aqui, a maioria das vezes, vem ferido, doente, precisando de ajuda, e nos faz o que podemos aqui. E infelizmente, o poder público não tem nenhum tipo de olhar pra cá. Já foram feitas inúmeras denúncias, e nada foi resolvido. Aparecem gatos mortos todos os dias, um monte de travestis que fazem aqui de motel, eles descem com bicicletas passam por cima dos animais, quando estão transando, que os animais vão para cima deles, eles jogam os animais dentro da água.”*

*“Nas proximidades das casinhas, algumas pessoas vão fazer bruxarias, sacrificando os animais, pendurando de maneira sórdida. Tem diversos tipos de crimes que são cometidos diariamente aqui. Outra situação, são os usuários de drogas, os craqueiros da região, que vem usar drogas aqui, eles fazem e dizem que vão fazer uma maldadezinha, e fazem mesmo, pois não podemos estar aqui 24hs. Ai quando chegamos aqui, tem 3 4 gatos com a cabeça arrancada, então é bárbaro, é cruel. Aqui é pior que o Carandiru, eles chamam aqui de cracolândia, Gatolândia, porque eles querem confundir isso aqui com um absurdo com os animais, eles estrupam os animais, metem a vara que sai na boca do bicho, é cruel aqui. Só que o poder público não olha pra cá.”*

A maioria das cidades no Brasil enfrentam problemas relacionados ao elevado número de cães e gatos abandonados que transitam em áreas públicas sem nenhuma supervisão de responsáveis ou tutores, nem mesmo do Poder Público (OLIVEIRA; GOMES, 2019). E no Maranhão, e em especial, em São Luís a situação não é divergente. A ausência de políticas públicas destacada pelos entrevistados vem afetando negativamente o bem-estar dos animais e de toda a sociedade, e isso vem trazendo implicações a saúde de todos. Sendo ainda pontuado que um dos maiores desafios para essas ONGs, Projetos e Protetores são as limitações enfrentadas que impossibilitam um maior controle desse abandono. E que conseqüentemente, esse abandono já é considerado como maus-tratos.

Quadro 02- Entrevista: Saúde pública

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTO
SAÚDE PÚBLICA	Ausência de políticas públicas	Principais doenças	<p>G<sup>1</sup> - “São verminoses, calasar, babezia (doença do carrapato), cinomose (doença transmitida pelo ar)”</p> <p>G<sup>2</sup> - “É babesia e a erliquiose que são doenças do carrapato, tem o calasar, e são muitos animais com calasar, muitos mesmo. Há também, os que chegam aqui cheios de verminose, muita verminose mesmo”.</p> <p>G<sup>3</sup> - “É anemia profunda, caquexia, doença do carrapato, miíases, são esses os principais fatores”.</p> <p>G<sup>4</sup> - “Em gato, geralmente, é rinotraqueíte que é a gripe felina, em gato também tem muito FIV que se chama assim de forma meia grosseira, se diz que é a AIDS felina. Em cães, geralmente é babesia e erliquia são as mais comuns e calasar que é a leishmaniose que são as mais encontradas”.</p> <p>G<sup>5</sup> - “Aparecem muitos gatos com pêlos caindo, olhos remelando, orelhas e rabos e pelados (...)”.</p> <p>G<sup>6</sup> - “Tem muito bicho que vem pra cá cheio de pulga, doente, e a gente quem cuida deles (...)”.</p> <p>G<sup>7</sup> - “Calasar é disparado na frente, nós temos uma prevalência do calasar, agora posso dizer, porque esse dado nós não tínhamos nós estamos trabalhando em alguns bairros de São Luís, e a incidência e prevalência do calasar canino é assustador. Tem bairros da cidade que tem de 35 a 37% de cães com o calasar. Então, isso é elevadíssimo para os padrões nacionais, para os padrões do nordeste que fica entorno de 12 a 15%. Isso tudo é fruto dessa política, sem querer acusar ninguém, longe disso né, que não se passou a fazer mais nenhum tipo de inquérito sorológico dos cães, e ao mesmo tempo né, encoleirar esses animais para a proteção contra o vetor transmissor. E a raiva né, não podemos esquecer a raiva, é um vírus rápido que ele circula, até porque as coberturas vacinais nos municípios que aqui estão próximos são muito baixas, abaixo de 80% e isso não impede que o vírus da raiva, ela circule entre os quatro municípios da Ilha”.</p>



			<p>G<sup>8</sup> – “Tem a questão regional ne, a questão também do período chuvoso que se concentra muitas viroses, muita virose mesmo, cinomose, leptospirose, bactérias em geral. Mas hoje está ampliando, tem as neoplasias mamarias, tumores está dando com muita frequência e leishmaniose também.</p>
		<p>Limitações que impedem o maior controle desse abandono</p>	<p>G<sup>1</sup> - “é que não tem um abrigo público nas esferas estaduais e nem municipais”  G<sup>2</sup> - “Com certeza é uma coisa que é macro, que tem seus pilares, que é política pública. Ai a gente vai nos pilares, a educação, segurança pública e saúde, se não trabalharmos em cima de políticas públicas não tem como progredir”.  G<sup>3</sup> - “A falta de políticas públicas mesmo, e do engajamento e da responsabilidade que é do Estado e do Município, são eles que são detentores dos valores direcionados a saúde animal, e nós sabemos na realidade que não é usado 1/3”.  G<sup>4</sup> - “Eu acho que é desinteresse na causa, sinceramente (...), não existe políticas públicas direcionada, já até tentaram né, mas a gente não foi ouvido”.  G<sup>5</sup> - “Não existe política pública nenhum para os animais(...)”  G<sup>6</sup> - “O poder público não tem nenhum tipo de olhar pra cá. (...)”  G<sup>7</sup> - “Em primeiro aspecto as limitações dizem respeito a sua estrutura física, então nós vivemos numa área, embora seja razoavelmente ampla, mas as edificações não têm um suporte para abrigar um maior número de cães e gatos. Do ponto de vista funcional, nós temos limitações com relação a funcionários, pois o que nós tínhamos, cerca de 20% estão na ociosidade, e outros adoeceram. Então é uma outra limitação, você não tem muitas pessoas vocacionadas para essas atividades, não há concurso há muitos anos. Outro aspecto, diz respeito ao orçamento, financiamento das ações para vigilância de zoonoses. E os veículos também, nós não temos uma frota de veículos com capacidade para atender as enormes demandas que nos chegam, no ano passado, chegamos atender mais de 2.000 animais. Então foi um registro assim, que surpreendeu, nós estamos em abril, e nós já temos, próximo de</p>

			<p>1.100 atendimentos. Então vejam que em 3 meses nós já fizemos 50% do que foi feito em 2021. E isso nos assusta, por conta das nossas limitações.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Para nós um dos grandes problemas é a questão da sustentabilidade do hospital. Pois precisamos cobrar para poder se manter, e não somos a favor disso, gostaríamos que tivesse ou no Estado ou no Município arcasse com as despesas normais do hospital e aí, disponibilizasse o dinheiro para que a gente pudesse trabalhar, porque não visamos lucro. Então, se a gente não visa lucro, está cobrando para nós é constrangedor.”</p>
		Maus-tratos	<p>G<sup>1</sup> - “Há muitos pedidos de ajuda para animais feridos”</p> <p>G<sup>2</sup> - “existem muitos animais abandonados pela cidade, muitos sofrem maus tratos, ainda mais nas ruas, resgato o que posso”.</p> <p>G<sup>3</sup> - “Há vários. Todos que estão aqui. Tenho uma cadelinha chamada Felícia, é uma pretinha sem uma pata. A história dela é o seguinte: é a pessoa sabia quem era o tutor dela, mas não quis entregar, divulgar o nome, e eu fui buscá-la com metade da pata amputada com uma faca, porque simplesmente, ela tinha roubado três pedaços de carne de cima da mesa, então é um dos vários casos que conheço”.</p> <p>G<sup>4</sup> - “Já resgatamos várias vezes animais que sofreram maus-tratos, isso aí é bem comum, já teve vários casos assim, lembro de vários.”</p> <p>G<sup>5</sup> - “Já tivemos casos de envenenamento dos animais, donos de cães que colocam seus animais para matar os gatos(…)”</p> <p>G<sup>6</sup> - “Aparece diariamente, diferentes gatos jogados por aqui, a maioria das vezes, vem ferido, doente, precisando de ajuda, e nos faz o que podemos aqui. E infelizmente, o poder público não tem nenhum tipo de olhar pra cá. Já foram feitas inúmeras denúncias, e nada foi resolvido. Aparecem gatos mortos todos os dias, um monte de travestis que fazem aqui de motel, eles descem com bicicletas passam por cima dos animais, quando estão transando, que os animais vão para cima deles, eles jogam os animais dentro da água.”</p> <p>“Nas proximidades das casinhas, algumas pessoas vão fazer bruxarias, sacrificando os animais, pendurando de maneira sórdida. Tem diversos tipos de crimes que são cometidos diariamente aqui. Outra situação, são os usuários</p>

			<p>de drogas, os craqueiros da região, que vem usar drogas aqui, eles fazem é dizer que vão fazer uma maldadezinha, e fazem mesmo, pois não podemos estar aqui 24hs. Ai quando chegamos aqui, tem 3 4 gatos com a cabeça arrancada, então é bárbaro, é cruel. Aqui é pior que o Carandiru, eles chamam aqui de cracolândia, Gatolândia, porque eles querem confundir isso aqui com um absurdo com os animais, eles estropam os animais, metem a vara que sai na boca do bicho, é cruel aqui. Só que o poder público não olha pra cá.”</p> <p>G<sup>7</sup> - “O próprio abandono já é maus-tratos né. Então está sendo assim, digamos que somos uma válvula de escape, pois as pessoas deliberadamente, querendo se livrar dos seus cães e gatos, e a maneira que encontraram é de que a instituição tem a obrigação de fazer esses resgates, completamente distorcido né, esses animais estão submetidos a maus-tratos eles são resgatados, com ênfase nos animais abandonados em logradouros públicos, animais de posse de tutor e de acumuladores seria uma tarefa das secretárias de meio ambiente. No entanto, nós estamos fazendo todas essas atividades.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Já, já aqui é assim, normalmente alguns casos chegam e falam olha não sei o que houve com ele, estava lá deitado e começou a sentir dor e trazem, essas pessoas normalmente querem deixar aqui e irem embora, e aí onde entra a dificuldade que a gente não aceita, e identificamos logo que ali vai dá problemas.”</p>
--	--	--	--

Fonte: a autora, 2021.

### 4.3 Infraestrutura dos abrigos dos animais

No decorrer das idas ao campo, percebeu-se e foram apontados por meio dos entrevistados que os s apresentam ambientes distintos, o G<sup>1</sup> com estrutura física (quadro 03):

*G<sup>1</sup> - “possuindo quatro gatis, dois grandes (imagem 17) e dois pequenos, na ala para cães foram construídos quatro canis, um grande, um médio (imagem 18) e dois pequenos, apresenta ainda, uma área coberta, que é onde os animais ficam soltos, situada na área do quintal”.*



**Imagem 17** – gatil grande com animais resgatados. Fonte: dados da pesquisa, 2021.



**Imagem 18** - canil de médio porte com cadela recém-chegada e seus filhotes. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

O G<sup>2</sup> argumenta que, “os animais são separados por cômodos, os recém-chegados ficam em um cômodo, os que estão em recuperação ficam em outro (imagem 19), os que estão saudáveis e que não conseguiram um lar permanente ficam em outro (imagem 20), e assim por diante”. G<sup>2</sup> está numa casa alugada de forma improvisada, porque a sede ainda está em construção e adaptação para receber os animais desses ambientes, e essa mudança, ocorrerá em breve, segundo os relatos do G<sup>2</sup>.



**Imagem 19** - gato se recuperando de uma doença de pele. Fonte: dados da pesquisa, 2021.



**Imagem 20** - gatos esperando por um lar permanente. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Para G<sup>3</sup>, a realidade é que todos os animais resgatados são abrigados dentro das dependências da residência da responsável, como ela mesmo relata:

*G<sup>3</sup> - “Minha casa se tornou um abrigo de cães, essa é a verdade (imagem 21). Na medida do possível do que eu posso oferecer, sim eles têm espaço, eles podem utilizar da melhor forma, eles cavam, eles rolam na terra, eles têm alimentação, têm auxílio veterinário na medida do que eu posso oferecer, nenhum animal meu é acorrentado ou mantido dentro de canis com portas fechadas (imagem 22a), a liberdade deles é indiscutível (imagem 22b). E nenhum animal que resgatamos vem direto para minha casa, vai primeiro para a clínica veterinária, e lá é feito os exames, os procedimentos, um atendimento médico veterinário, e conseqüentemente, a castração. Nenhum animal meu não é castrado, exceto um, o José que não consigo pegar, porque ele não confia em humanos”.*



**Imagem 21** - animais abrigados na casa da representante do G<sup>3</sup>. Fonte: dados da pesquisa, 2022.



**Imagem 22a** - canis abertos. **b** - cão livre. Fonte: dados da pesquisa, 2022.

De acordo com as descrições feitas por G<sup>4</sup>, as estruturas dos lares que são temporários “são as nossas casas, já os voluntários (que também querem oferecer lares temporários) é somente para quem mora em locais que não há ponto de fuga, e quando a gente pede nas redes sociais, a gente pede usando esse critério para que não haja a possibilidade do animal fugir.”

Já G<sup>5</sup> destaca que a estrutura apresentada (quadro 03) é de “casinhas construídas” (imagem 23a,b), especialmente para gatos, alguns abrigos de animais possuem mais de 10 anos. Entretanto, todas são restauradas constantemente por seus grupos.



**Imagem 23a-b** - casinhas construídas nas colônias. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Um dos entrevistados, o G<sup>6</sup>, descreve que “*só temos mesmo essas casas que fizemos(...)*”. Já a situação estrutural do G<sup>7</sup> é descrita como sendo:

*G<sup>7</sup> – “A estrutura física é composta da seguinte maneira: área administrativa: 1 área de recepção e registro de prontuário; 1 sala de imunização; 1 sala de TI; 1 sala dos técnicos; 1 sala para o laboratório de entomologia; 1 sala para o laboratório de sorologia Elisa; 1 sala de espera da coordenação, 1 sala da coordenação; 2 banheiros na área administrativa; 1 Copa cozinha; 1 almoxarifado; 1 sala de reunião. Área operacional: 1 sala de necropsia; 1 sala para atendimento ambulatorial; 3 canis coletivos com capacidade para 60 cães; 2 gatis coletivos com capacidade para 60 gatos; 1 gatil semicoletivo com capacidade para 20 gatos; 3 gaiolas com 10 gatis individuais; 2 canis individuais. 2 banheiros para o pessoal do operacional; 1 DML; 1 vestiário.”*

Para além das infraestruturas ligadas as construções de abrigos, o G<sup>7</sup> recebe recursos públicos, através da política de vigilância em zoonoses, realizam até algumas ações, como capturas, campanhas de vacinação antirrábica, distribuição de coleiras contra a leishmaniose para cães e a possível responsabilização de tutores que abandonam ou maltratam seus animais, contudo não é suficiente para atender as demandas diárias.

O G<sup>8</sup>, procura cumprir com todas as exigências estabelecidas por lei, portanto, eles pontuam que,

*G<sup>8</sup> - “Atendemos as exigências da resolução que exige que tenha recepção, consultórios, centro cirúrgico, laboratórios, salas de internações que funcione 24h. Então, todas essas exigências ...então a estrutura ... é suficiente para seu funcionamento.”*

Mas em relação aos recursos financeiros necessários para manter toda essa estrutura, houve alguns questionamentos, pois o G<sup>8</sup> não recebe fomento algum dos setores públicos nem para pagar a conta de energia, toda a despesa advém das consultas, exames, cirurgias e internações realizadas pela instituição, até atende alguns casos de forma gratuita, ainda mais quando a pessoa comprova que é baixa renda, e não tem condições de arcar com os procedimentos médicos. E o único auxílio que recebem é via Vara de Interesses Difusos, e algumas pessoas públicas que enviam emendas para a instituição, como foi o caso do castra móvel que se encontra desativado (imagem 24) por falta de verbas. Todavia, esses recursos são para aquisição de materiais, e não para arcar com os custos mensais que se têm.



**Imagem 24** - castra móvel desativado. Fonte: dados da pesquisa, 2022.

As principais espécies que os participantes resgatam, são descritas no quadro 03, com destaque para as seguintes:

G<sup>1</sup> - *“A instituição lida, somente com cães e gatos, e futuramente estamos pensando em acolher animais de tração”.*

G<sup>2</sup> - *“Cães, gatos e um jumento.”*

G<sup>3</sup> - *“97% são cães. Os gatos que eu tenho dentro de casa são gatos antigos de 15, 16 e 17 anos. Não resgatamos felinos, porque é incompatível com a quantidade de cães. Gatos aqui é sinônimo de morte.”*

G<sup>4</sup> - *“É muito comum o resgate de cães e gatos, mas mais gatos. A gente tem uma dificuldade muito grande, por não ter abrigo para eles, a gente não tem onde colocar os animais que a gente resgata, a gente leva para nossas casas, ou a gente faz postagem no Instagram pedindo lar temporário, isso quando a gente não tem mais aonde botar.”*

G<sup>5</sup> - *“Somente com gatos.”*

G<sup>6</sup> - *“São só com os gatos.”*

G<sup>7</sup> - *“No momento só cães e gatos mesmo.”*

G<sup>8</sup> - *“Olha aqui o nosso ponto forte é cães e gatos, mas nós temos médicos aí que ampliam um pouco para animais silvestres, as vezes a gente atende até jumentinhos de carroceiros.”*

Em relação a limpeza dos ambientes, a higienização dos locais relatados por G<sup>1</sup> é feita por uma funcionária que foi contratada somente para realizar os afazeres da instituição, e uma outra específica, que é diarista, que vai somente aos domingos para cobrir a folga da funcionária. O G<sup>2</sup> relata que também tem uma funcionária para fazer a limpeza diária da casa, trocar água e colocar as comidas dos animais, e quando não dá para a funcionária ir, a própria representante do G<sup>2</sup> vai fazer os serviços. O G<sup>3</sup> relata que é ela mesmo quem faz toda a limpeza. Para G<sup>4</sup> cada pessoa que forneceu o lar temporário faz a limpeza de sua casa. Já para o G<sup>5</sup>, tem um funcionário que ajuda, e o mesmo ainda faz a reforma das casinhas, assim como troca os papelões, coloca água, comida e medica os animais quando precisa. Para o G<sup>6</sup>, são os próprios



Protetores (3 Protetores) que fazem a higienização das casinhas e proximidades. Sobre a limpeza dos ambientes, descrito no quadro 03, destaca-se abaixo:

G<sup>1</sup> - “Tem uma funcionária registrada que vem fazer aqui de segunda a sábado fazer a limpeza (...).”

G<sup>2</sup> - “Tem uma funcionária que vem fazer a limpeza diária da casa”.

G<sup>3</sup> - “Eu mesma. É um trabalho estressante, você não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, você não tem direito a adoecer e nada. É o dia todinho com a pá de lixo na mão, a água sanitária no outro. Ambiente limpo, e sem odor.”

G<sup>4</sup> - “As pessoas que forneceram o lar temporário quem faz a limpeza de seus ambientes.”

G<sup>5</sup> - “Tem um rapaz que contratamos que vem diariamente aqui(...).”

G<sup>6</sup> - “Nós mesmo fazemos a limpeza, todo dia.”

G<sup>7</sup> - “Os serviços de limpeza e desinfecção é feita por funcionários da própria instituição.”

G<sup>8</sup> - “Tem uma empresa terceirizada que faz a limpeza da organização.”

Apesar dos locais relatados por G<sup>5</sup> e G<sup>6</sup> serem limpos diariamente, isso não impede que ocorra os agravos a saúde pública destes ambientes, visto que alguns dos animais abandonados estão muito próximos de grandes avenidas da cidade (imagem 25), espaços bem movimentados, tendo fluxo de veículos e pessoas diariamente. Em alguns pontos a população usa o mesmo ambiente para praticar atividades físicas, como também possuem ponto de ônibus nas proximidades. O convívio com a população acaba sendo inevitável, bem como as implicações a saúde de todos.



**Imagem 25** - gato debilitado próximo à avenida de grande fluxo de veículos e pessoas. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Quadro 03- Entrevista: Infraestrutura dos abrigos dos animais

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTO
<p><b>INFRAESTRUTURA DOS ABRIGOS DOS ANIMAIS</b></p>	<p>Condições estruturais dos ambientes</p>	<p>Estrutura física</p>	<p>G<sup>1</sup> - “São quatro gatis, e na ala para cães foram construídos quatro canis(...).”  G<sup>2</sup> - “Os animais são separados por cômodos, os recém-chegados ficam em um cômodo, os que estão em recuperação ficam em outro, os que estão saudáveis e que não conseguiram um lar permanente ficam em outro, e assim por diante.”  G<sup>3</sup> - “Minha casa se tornou um abrigo de cães, essa é a verdade. Na medida do possível do que eu posso oferecer, sim eles têm espaço, eles podem utilizar de melhor forma, eles cavam, eles rolam na terra, eles têm alimentação, têm auxílio veterinário na medida do que eu posso oferecer, nenhum animal meu é acorrentado ou mantido dentro de canis com portas fechadas, a liberdade deles é indiscutível.  G<sup>4</sup> - “São as nossas casas, já os voluntários somente quem mora em locais que não há ponto de fuga, e quando a gente pede nas redes sociais, a gente pede usando esse critério né, para que não haja a possibilidade do animal fugir.”  G<sup>5</sup> - “Casinhas construídas.”  G<sup>6</sup> - “Só temos mesmo essas casas que fizemos(...).”  G<sup>7</sup> - “A estrutura física é composta da seguinte maneira: área administrativa: 1 área de recepção e registro de prontuário; 1 sala de imunização; 1 sala de TI; 1 sala dos técnicos; 1 sala para o laboratório de entomologia; 1 sala para o laboratório de sorologia Elisa; 1 sala de espera da coordenação, 1 sala da coordenação; 2 banheiros na área administrativa; 1 Copa cozinha; 1 almoxarifado; 1 sala de reunião. Área operacional: 1 sala de necropsia; 1 sala para atendimento ambulatorial; 3 canis coletivos com capacidade para 60 cães; 2 gatis coletivos com capacidade para 60 gatos; 1 gatil semicoletivo com capacidade para 20 gatos; 3 gaiolas com 10 gatis individuais; 2 canis</p>

			<p>individuais. 2 banheiros para o pessoal do operacional; 1 DML; 1 vestiário.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Atendemos as exigências da resolução que exige que tenha recepção, consultórios, centro cirúrgico, laboratórios, salas de internações que funcione 24h. Então, todas essas exigências ...então a estrutura ... é suficiente para seu funcionamento.”</p>
		Abriga quais espécies	<p>G<sup>1</sup> - “A instituição lida, somente com cães e gatos, e futuramente estamos pensando em acolher animais de tração.”</p> <p>G<sup>2</sup> - “cães, gatos e um jumento.”</p> <p>G<sup>3</sup> - “97% são cães, os gatos que eu tenho dentro de casa são gatos antigos de 15, 16 e 17 anos. Não resgatamos felinos, porque é incompatível com a quantidade de cães. Gatos aqui é sinônimo de morte.”</p> <p>G<sup>4</sup> - “É muito comum o resgate de cães e gatos, mas mais gatos. A gente tem uma dificuldade muito grande, por não ter abrigo para eles, a gente não tem onde colocar os animais que a gente resgata, a gente leva para nossas casas, ou a gente faz postagem no Instagram pedindo lar temporário, isso quando a gente não tem mais onde botar.”</p> <p>G<sup>5</sup> - “Somente com gatos.”</p> <p>G<sup>6</sup> - “São só com os gatos.”</p> <p>G<sup>7</sup> - “No momento só cães e gatos mesmo.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Olha aqui o nosso ponto forte é cães e gatos, mas nós temos médicos aí que ampliam um pouco para animais silvestres, as vezes a gente atende até jumentinhos de carroceiros.”</p>
		Higienização dos ambientes	<p>G<sup>1</sup> - “Tem uma funcionária registrada que vem fazer aqui de segunda a sábado fazer a limpeza (...).”</p> <p>G<sup>2</sup> - “Tem uma funcionária que vem fazer a limpeza diária da casa”.</p>

			<p>G<sup>3</sup> - “Eu mesma. É um trabalho estressante, você não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, você não tem direito a adoecer e nada. É o dia todinho com a pá de lixo na mão, a água sanitária no outro. Ambiente limpo, e sem odor”.</p> <p>G<sup>4</sup> - “As pessoas que forneceram o lar temporário quem faz a limpeza de seus ambientes”.</p> <p>G<sup>5</sup> - “Tem um rapaz que contratamos que vem diariamente aqui(…)”</p> <p>G<sup>6</sup> - “Nós mesmo fazemos a limpeza, todo dia”.</p> <p>G<sup>7</sup> - “Os serviços de limpeza e desinfecção é feita por funcionários da própria instituição.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “Tem uma empresa terceirizada que faz a limpeza da organização.”</p>
--	--	--	--

Fonte: a autora, 2021.

#### 4.4 Pandemia

A pandemia pela covid-19 afetou a vida de muitos maranhenses, incluindo o número elevado de óbitos em função do agravamento da doença (SES, 2021). Os animais domésticos sofreram impactos no decorrer de 2020 e 2021, pois o número de abandono, como relatado por todos os entrevistados aumentou muito, isso desde o início da pandemia. E isso foi uma preocupação recorrente nas entrevistas.

A ocorrência de abandono de animais domésticos se tornou mais frequente em muitos pontos da cidade e ainda mais em feiras livres e nas colônias visitadas durante o levantamento de dados deste estudo. Os participantes não citam números, mas informam (quadro 04) que:

G<sup>1</sup> - *“Acredita-se que o abandono aumentou e muito.”*

G<sup>2</sup> - *“Com a pandemia aumentou um pouquinho mais, porque sempre teve abandono.”*

G<sup>3</sup> - *“Houve um aumento bem acentuado após o surgimento dessa pandemia.”*

G<sup>4</sup> - *“Por conta da pandemia a gente teve uma quantidade enorme de animais abandonados, de animais que perderam seus tutores para a covid.”*

G<sup>5</sup> - *“Muitos abandonam ou entregam para os grupos, mas é abandono demais.”*

G<sup>6</sup> - *“Só fez foi aumentar os abandonos aqui.”*

G<sup>7</sup> - *“A velocidade de abandonos de animais, gerou uma demanda reprimida, porque as pessoas não tinham pra onde recorrer, a população não tinha o atendimento e na pandemia isso só piorou.”*

G<sup>8</sup> - *“Não tenho com precisão um resultado das frequências de abandono, até porque os animais para virem aqui precisa de alguém, algum tutor ou cuidador”.*

O grande desafio, no decorrer dos meses de isolamento social, para todos os grupos de entrevistados foi a diminuição das doações (quadro 04), essas declarações foram feitas por todos os entrevistados:

G<sup>1</sup> - *“diminuição das doações, e dos eventos de feirinhas de adoção (...).”*

G<sup>2</sup> - *“A pandemia foi um negócio bem complicado, porque se antes não tinha doação, se antes não tinha ajuda, o negócio só piorou.”*

G<sup>3</sup> - *“Antes da pandemia, num resgate nos conseguíamos ajuda financeira para custear os tratamentos, em no máximo 15 a 30 dias, depois da pandemia as vezes a gente leva de 3 a 4 meses para poder quitar uma conta dentro de uma clínica veterinária. Consequentemente, os resgates diminuíram drasticamente. Se antes se resgatava 4 animais por mês, adulto, hoje ela não resgata nenhum”.*

G<sup>4</sup> - *“Antes a gente já tinha uma dificuldade grande em relação a doações, e principalmente em adoções dos animais, e desde o início dessa pandemia a gente tem convivido com muitas situações difíceis.”*

G<sup>5</sup> - *“doar os animais adultos que chegam(...).”*

G<sup>6</sup> - *“conseguir um dono para esses animais, porque ninguém quer bicho já grande (...).”*

G<sup>7</sup> - *“Então depois da pandemia, os serviços foram ampliados, mas ainda não são suficientes para atender o contingente de solicitações, diria para você que o maior desafio hoje, é fazer uma política de conscientização da população, no sentido de ser o responsável por um cão, as despesas que decorrerão desse processo para que ele tome uma decisão acertada de querer ou não ter essa escolha acertada. E outro desafio urgente, é implantar a política de controle de natalidade de cães e gatos em São Luís.”*

O G<sup>8</sup> conta que sua maior dificuldade foi em realizar atendimentos nesse período pandêmico, já que dependem diretamente das consultas, como bem aponta o grupo:

*G<sup>8</sup> - “Temos que nos autossustentar se não atendermos não tem como o pessoal receber, então nós passamos 3 meses parados, todo mundo aqui ficou sem seu emprego, sem dinheiro, e quando voltamos foi com uma limitação terrível, quer dizer as pessoas tinham que vim trabalhar mais não sabiam quando se ia receber, porque tinha limitações, então nós tivemos muita dificuldade nesses 2 anos de pandemia.”*

O G<sup>1</sup> e o G<sup>4</sup> argumentam em específico, que realizavam eventos de feirinhas de adoção e que não puderam mais fazer com tanta frequência, pois com a pandemia houve restrições de circulação, evitando assim aglomerações. O G<sup>1</sup> reconta que *“acredita-se que o abandono aumentou, até mesmo por faltas de políticas públicas, que o governo não faz nada, e se vê nas ruas, nas avenidas, a quantidade de animais abandonados”*.

O G<sup>4</sup> ainda aponta ter convivido em muitas situações em que os animais só tinham um tutor, e como a pandemia levou muitos ao óbito, ainda mais os idosos, as suas famílias não se interessavam pelos animais, e acabavam os abandonando. Para o G<sup>4</sup>:

*G<sup>4</sup> - “No período mais pesado da pandemia o nosso direct do Instagram era um caminho para a depressão, porque assim, era só o que você via lá, era relatos de pessoas que não tinham mais condições financeira ou não tinham mais condições de saúde por conta da covid, com sequelas que ficaram ou que seus parentes morreram, no caso, os tutores dos animais, e seus parentes estavam lá pedindo até pelo amor de Deus que a gente pegasse os animais”.*

O entrevistado relata que muitos locais de acolhimento, como ONGs, já estavam cheios, não tendo mais onde colocar os animais abandonados. Muitos não sabiam mais como proceder, visto que o poder público não forneceu o suporte necessário para que a situação pudesse ser amenizada.

Quadro 04- Entrevista: Pandemia

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTO
<b>PANDEMIA</b>	Aumento do número de abandono	Frequência do abandono	<p>G<sup>1</sup> - "...acredita-se que o abandono aumentou e muito"</p> <p>G<sup>2</sup> - "Com a pandemia aumentou um pouquinho mais, porque sempre teve abandono."</p> <p>G<sup>3</sup> - "Houve um aumento bem acentuado após o surgimento dessa pandemia".</p> <p>G<sup>4</sup> - "Por conta da pandemia a gente teve uma quantidade enorme de animais abandonados, de animais que perderam seus tutores para a covid".</p> <p>G<sup>5</sup> - "Muitos abandonam ou entregam para os grupos, mas é abandono de mais"</p> <p>G<sup>6</sup> - "Só fez foi aumentar os abandonos aqui"</p> <p>G<sup>7</sup> - "A velocidade de abandonos de animais, gerou uma demanda reprimida, porque as pessoas não tinham pra onde recorrer, a população não tinha o atendimento e na pandemia isso só piorou."</p> <p>G<sup>8</sup> - "Não tenho com precisão um resultado das frequências de abandono, até porque os animais para virem aqui precisa de alguém, algum tutor ou cuidador".</p>
		Principais Desafios	<p>G<sup>1</sup> - "Diminuição das doações, e dos eventos de ferinhas de adoção (...)"</p> <p>G<sup>2</sup> - "A pandemia foi um negócio bem complicado, porque se antes não tinha doação, se antes não tinha ajuda, o negócio só piorou".</p> <p>G<sup>3</sup> - "Antes da pandemia, num resgate nos conseguíamos ajuda financeira para custear os tratamentos, em no máximo 15 a 30 dias, depois da pandemia as vezes a gente leva de 3 a 4 meses para poder quitar uma conta dentro de uma clínica veterinária. Conseqüentemente, os resgates diminuíram drasticamente. Se antes se resgatava 4 animais por mês, adulto, hoje não resgata nenhum".</p>

			<p>G<sup>4</sup> - “Antes a gente já tinha uma dificuldade grande em relação a doações, e principalmente em adoções dos animais, e desde o início dessa pandemia a gente tem convivido com muitas situações difíceis.”</p> <p>G<sup>5</sup> - “doar os animais adultos que chegam(...)”</p> <p>G<sup>6</sup> - “conseguir um dono para esses animais, porque ninguém quer bicho já grande (...)”</p> <p>G<sup>7</sup> - “Então depois da pandemia, os serviços foram ampliados, mas ainda não são suficientes para atender o contingente de solicitações, diria para você que o maior desafio hoje, é fazer uma política de conscientização da população, no sentido de ser o responsável por um cão, as despesas que decorrerão desse processo para que ele tome uma decisão acertada de querer ou não ter essa escolha acertada. E outro desafio urgente, é implantar a política de controle de natalidade de cães e gatos em São Luís.”</p> <p>G<sup>8</sup> - “O hospital se autossustenta se não atendermos não tem como o pessoal receber, então nós passamos 3 meses parados, todo mundo aqui ficou sem seu emprego, sem dinheiro, e quando voltamos foi com uma limitação terrível, quer dizer as pessoas tinham que vim trabalhar mais não sabiam quando se ia receber, porque tinha limitações, então nós tivemos muita dificuldade nesses 2 anos de pandemia.”</p>
--	--	--	---

Fonte: a autora, 2021



## CAPÍTULO 5



## CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cão livre em ONG. Fonte: dados da pesquisa, 2022.

## 5.1 Conclusão

Diante dos resultados obtidos, por meio das entrevistas e dos campos realizados no decorrer desse estudo, foram apontados os principais impactos ambientais derivados do abandono de cães e gatos no Município de São Luís, são eles:

- Existência de várias áreas de abandono e abrigos inadequados no município de São Luís;
- As áreas de maior abandono foram: nas colônias, feiras livres, órgãos públicos, nas dependências das ONGs e em logradouros públicos;
- As colônias se estabelecem em ambientes com carência em infraestrutura e com pouca segurança, tanto para os animais quanto para os Protetores;
- Os principais motivos que levam os tutores a abandonarem seus animais domésticos são: fatores econômicos, mudança de residência por parte, mudança no comportamento do animal, procriação indesejada, ou até mesmo pelo simples fato do animal ser fêmea;
- Foi identificado convênios e parcerias entre algumas ONGs, Projeto, Protetores, órgãos públicos e privado. Nestes casos foram oferecidos, serviços direcionados aos animais resgatados, como rações, medicamentos e vacinação;
- Apesar dos esforços dos representantes dos órgãos públicos relacionados a temática, até o momento final de desenvolvimento da pesquisa, não havia um hospital veterinário público que realizasse o tratamento de animais feridos e/ou doentes de forma gratuita, como também não davam total suporte para a castração de tais animais;
- Tanto por meio dos relatos, como também observado em pontos visitados, ficou claro o convívio de forma direta da população com os animais abandonados, possibilitando risco de transmissão de zoonoses.
- Muitos animais são abandonados feridos, doentes, com crias e a grande maioria que se encontra nas ruas, ainda sofrem mais maus-tratos, como envenenamento, são agredidos por outros animais ou até mesmo por pessoas, são atropelados dentre outras situações.
- Com a pandemia, o abandono de animais domésticos se intensificou em São Luís.
- Ficou evidente que as ONGs, Projetos e Protetores Independentes, já estão saturados com a demanda de animais que chegam em seus lares e instituições. Boa parte dos entrevistados possuem dificuldades em pedir suporte a empresas privadas, como também não conseguem estabelecer parcerias efetivas com setores públicos ligados a temática;
- Contudo, evidenciou-se que os principais desafios que impedem o controle de animais abandonados foram a falta de compromisso por parte do Poder Público e a explícita ausência de políticas públicas direcionada a causa animal.

## 5.2 Considerações Finais

Espera-se que esse estudo possa ajudar os setores públicos a olharem com mais atenção para a causa animal. Pretende-se ainda, por meio desta pesquisa, tentar sensibilizar os leitores, de que a cultura do abandono precisa ser combatida. Compreende-se a importância de políticas educacionais voltadas para causa animal, a médio e longo prazo, estas como o caminho mais viável e emergencial para o controle deste agravo.

Dentre os benefícios oriundos da execução da pesquisa, teve-se diretamente, a utilização do produto da pesquisa para fortalecimento das vozes dos representantes e Protetores de animais de ONGs, bem como o servir de instrumento de atualização, gestão e planejamento para muitas instituições públicas e privadas nas questões relacionadas com o abandono de animais no Município de São Luís.

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, algumas limitações foram apresentadas, como: a dificuldade de acesso a determinados setores públicos e locais de abandono; dificuldade em acessar bancos de dados, pois tiveram atores chave que não se dispuseram a participar da entrevista; adversidades nas feiras livres, como a comunicação com alguns feirantes; e ainda a burocracia na submissão de documentos no site do comitê de ética. Também houve as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, que dificultou ainda mais os levantamentos de dados.

Por meio das evidências destacadas nesse estudo, entende-se a necessidade de um olhar mais atento para esta problemática, visto a possibilidade de impactos na saúde da população humana e de outros animais que estejam saudáveis e convivendo nos espaços de acolhimento. Pôde-se perceber diversas áreas de abandono dentro do Município de São Luís e algumas áreas de acolhimento e concentração destes animais se encontravam impróprias. Houve identificação de áreas abertas sem infraestrutura e segurança adequada e em outras situações a presença de insalubridade, sem espaço para iluminação e/ou circulação de ar.

A possibilidade de transmissão de zoonoses se percebeu clara, pois além do contato direto dos Protetores com os animais, a população também tem um convívio muito próximo com os animais, em alguns espaços de abandono percebeu-se áreas onde a população se exercita e possui ponto de ônibus nessas proximidades.

Constatou-se ainda animais peregrinando em logradouros públicos, correndo riscos de atropelamento, maus tratos, envenenamento e diversas outras situações de riscos. Esses cães e gatos costumam se abrigar em casas desabitadas, terrenos baldios, pelas portas de moradores que toleram a presença deles. Observou-se muitos animais nas feiras livres, situados em diversos pontos da cidade, onde os supostos tutores abandonaram seus animais com a

justificativa de que nesses lugares, os animais encontrarão comida, que são as sobras e vísceras de peixes, carnes e galinhas.

Muitos animais são abandonados nas portas das ONGs, dos Protetores Independentes, e até mesmo em alguns órgãos públicos, situação que tem resultado no monitoramento através de câmeras de segurança instaladas nas portas dessas instituições e lares, com o objetivo de registrar boletins de ocorrência nas delegacias para poderem identificar quem abandona os animais, e assim serem autuadas legalmente, pois segundo a constituição Federal e Estadual, tal situação é considerada como crime.

Ressalta-se que todos os lugares classificados no estudo possuíam alguma situação imprópria no condizente a estrutura física ou possuíam dificuldades financeira para receber a alta demanda de animais abandonados. Muitas ONGs, Projetos e Protetores, dependem de rifas, doação de alguma quantia, medicamentos ou rações.

As ONGs são associações, que atuam de forma voluntaria, e sua ação retrata uma luta da coletividade pela incontestabilidade dos direitos a um ambiente equilibrado e por um efetivo progresso da justiça ambiental em nosso país. Todas as organizações deveriam ser incentivadas por ações que deveriam ser desenvolvidas pelo Poder Público, contudo, não é o que ocorre na prática, pois algumas decisões judiciais acabam que retirando a responsabilidade dos órgãos públicos e resultando numa restrita atuação das ONGs. Em outras palavras, quando uma ONG atua pela proteção dos animais de rua, ela cumpre o dever constitucionalmente imposto a toda a coletividade de proteger o equilíbrio do meio ambiente, bem como promove a redução da injustiça ambiental ao retirar das ruas animais que provocarão riscos à saúde pública e ao ambiente de toda uma cidade, e especialmente da periferia, onde residem as classes mais pobres.

Há até uma instituição privada que esporadicamente doa insumos para as ONGs e Projetos conveniados, realizam eventos de adoção de cães e gatos, nas dependências dos seus polos, e quando recebem convites, realizam fora de suas dependências. Mas a preferência é por filhotes, os adultos em grande maioria retornam.

Percebe-se que alguns relatos tentam amenizar algumas situações dos animais abandonados, e neste sentido, também, entendeu-se que a legislação precisa ser refinada em aspectos mais pontuais para proteger os animais e os Protetores dos grupos que os acolhem. Desde as primeiras pesquisas de campo, compreendeu-se que os grupos precisam, muito da ajuda governamental, pois a ausência de políticas públicas tem afetado de forma direta e indiretamente, toda a sociedade

No geral observou-se um descaso do poder público com as questões relacionadas a causa animal e apesar dos esforços de alguns representantes dos órgãos públicos relacionados

a temática, fica evidente a ausência no fomento de recursos que estes recebem que possam ser direcionados a causa animal.

Já em relação a Legislação Estadual, percebe-se que ainda é muito frágil, necessita de alterações para que as questões legais, atendam melhor a causa animal. Além do que, redirecionar a responsabilidade que é do Estado e do Município em lidar com abandono de animais, já que esse compromisso foi destinado as ONGs, sendo que as mesmas não recebem nenhum tipo de fomento para acolher tais animais.

Vale destacar a importância do olhar da Geografia Animal em conjunto com a Geografia da Saúde, pois essa associação ajuda a esclarecer questões do convívio do Ser humano com os animais domésticos, suas relações de saúde e doença, como também aquelas que interferem no equilíbrio ambiental.

Infelizmente, as causas e as situações em torno do abandono de animais domésticos, ainda são vistas como algo cultural, rotineiro, e seus agravos são decorrentes sendo encarados como parte de nossas cidades, normalizados.

É preciso que haja o estabelecimento de uma compreensão em que a problemática ligada ao abandono de animais domésticos interfere na saúde e na qualidade de vida de ambas as partes, dos animais e do Ser Humano. É preciso cuidar do meio ambiente para além dos temas ligados a preservação da flora ou fauna, pois a saúde do ambiente perpassa por olhares de entorno, de como lidamos com outras espécies dentro e fora da nossa casa. Nossa cidade é a extensão de nossos lares, lidar com controle de animais abandonados passa ser essencial se compreendemos que isso acaba por afetar a qualidade de vida de toda uma sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AMADOR, M. B. M. **A Visão Sistêmica e sua Contribuição ao Estudo do Espaço Pecuário de Venturosa e Pedra no Agreste de Pernambuco**. Tese (doutorado)-Universidade de Federal de Pernambuco. Recife: 2008.
- AUMONT, J. A imagem; Tradução: Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. – Campinas, SP: Papirus, 1993. – (Coleção Ofício de Arte e Forma). 16ª edição, 2011.
- BARCELLOS, C. Organização espacial, saúde e qualidade de vida. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SAÚDE E AMBIENTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, 2000, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. v.2. p.27-34. (Série Eventos).
- BARCELLOS, C.; BUZAI, G. D.; HANDSCHUMACHER, P. " Geografia e saúde: o que está em jogo?" História, temas e desafios, **Confins** [Online], 37 | 2018. Acessado em: 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/14954>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.14954>.
- BARCELLOS, C.; MONKEN, M. O território na promoção e vigilância em saúde. In: Fonseca, Angélica Ferreira (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: PSJV/Fiocruz, 2007. p.177-224.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo de Laurence Bardin**. 1ª ed de 2 ed. São Paulo,SP: Edições 70, 2016.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 02, nº 01. Santa Catarina: janeiro-julho de 2005, p. 68-80.
- BORTOLOZZI, A. FARIA, R. M. de. **Espaço, Território e Saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da Geografia da Saúde no Brasil**. ed.17. Curitiba: Editora UFPR, 2009, p. 31–41.
- BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017**. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências. Brasília: 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13426.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13426.htm) Acesso em: 28 de julho de 2021.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm) Acesso em: 27 de julho de 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940**: Código Penal. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 28 de julho de 2021.

BRASIL. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Relatório final. Brasília, 1986.

BRITO, C. **ONG resgata animais das ruas de Petrolina e Juazeiro e dá exemplo de solidariedade**. Blog. 08 abr. 2013. Disponível em: <http://www.carlosbritto.com/ong-resgata-animais-das-ruas-de-petrolina-e-juazeiro-e-da-exemplo-de-solidariedade/>. Acesso em 30 Out. 2016.

BUSATO, M. A.; FERRAZ, L.; FRANK, N. L. P. Reflexões Sobre a Relação Saúde e Ambiente: a percepção de uma comunidade. **REVISTA HOLOS**, Ano 31, Vol. 6. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Santa Catarina, 2015, p. 460 – 471.

BUSS, P. M. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

COLTRO, F. L. Z. “**Animal Geographies**”: reflexões sobre o não-humano no pensamento geográfico anglo saxão contemporâneo. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Londrina - SC: 2016.

CONDE, P. dos S. Justiça ambiental e a necessidade de realização de políticas públicas de destinação digna aos animais abandonados em apoio ao trabalho das Organizações Não Governamentais. **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos**. Londrina PR: de 04 a 07 de julho de 2017.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] GERHARDT, T.E.; e SILVEIRA, D. T. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CORDOVEZ, J. C. G. Geoprocessamento como ferramenta de gestão urbana. *In*: Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, 1., 2002. **Anais [...]**. Aracaju: Hotel Mercure Aracaju Del Mar, 2002. Disponível em: [http://www.cpatc.embrapa.br/labgeo/srgsr1/pdfs/pa\\_pu\\_01.PDF](http://www.cpatc.embrapa.br/labgeo/srgsr1/pdfs/pa_pu_01.PDF). Acesso em 09 julho de 2021.

COSTA, F. S. da; NUNES, Z. M.; GOMES, R. R. Geografia da Ilha do Maranhão. *In*: FARIAS FILHO, M. S.; CELERI, M. J. (Org.). **O Processo Histórico de Ocupação dos Municípios da Ilha do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 43-47.

DINIZ, M. T. M.; SILVA, S. D. R. da. O Método Indutivo e a Pesquisa em Geografia: aplicação no mapeamento de unidades da paisagem. **Revista Caderno de Geografia**, Minas Gerais, v. 28, n. 54, p. 731-745, 2018.

FAHEL, M.; CAMPOS, M.; ARAÚJO, C. Configuração (dilemas) dos riscos ambientais e de saúde: tendências e perspectivas no Brasil. **InterfacEHS**, v.1, n.2, artigo 6, dez. 2006.

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da Geografia da saúde no Brasil. **RA E GA**, Curitiba, v. 17, p. 31-41, 2009.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, C.M. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p.137-150, jan./mar. 2003.

GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N. & FERREIRA, F. Consolidação de Diretrizes Internacionais de Manejo de Populações Caninas em Áreas Urbanas e Proposta de Indicadores para seu Gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 32, n. 2, p. 140–4, 2012. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rpsp/2012.v32n2/140-144/pt>. Acesso em: fevereiro de 2022.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa IBAMA nº 07, de 30 de abril de 2015**. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2015/in\\_ibama\\_07\\_2015\\_institui\\_categorias\\_uso\\_manejo\\_fauna\\_silvestre\\_cativeiro.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2015/in_ibama_07_2015_institui_categorias_uso_manejo_fauna_silvestre_cativeiro.pdf) Acesso em: 12 de julho de 2021.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª ed, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, G. B. **Clima e saúde: relações entre os elementos atmosféricos e a dengue na região metropolitana de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Centro de Ciências – Departamento de Geografia. Fortaleza, 2011.

MARANHÃO. **Lei nº 10.169/2014**. Institui a Lei Estadual de Proteção aos Animais, estabelecendo normas para a proteção, direito, defesa e preservação dos animais no Estado do Maranhão. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4908>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

MARTINHAGO, S. S.; MAGALHÃES, T. A. de P. A Ineficácia das Políticas Públicas para o Controle de Animais de Rua e Cascavel/PR. **Diálogos e Interfaces do Direito. Revista Científica do Curso de Direito - Centro Universitário FAG**. Paraná: 2019, p. 117-130. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/revista/direito/5c8ff72c4bd7d.pdf> Acesso em: 01 de julho de 2021.

MILANO, A.M.F.; OSCHEROV, E.B. Contaminación por parasitos caninos de importancia zoonotica en playas de la ciudad de Corrientes, Argentina. **Parasitología Latinoamericana**, v.57, n.3-4, p.119-123, jul. 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html) Acesso em: 08 de julho de 2021.



MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: perspectivas teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, n.3, p. 898-906, maio./jun. 2005.

MURARO, C.C.; ALVES, D.N. Maus tratos de cães e gatos em ambiente urbano, defesa e proteção aos animais. **Revista Âmbito Jurídico**. 2014. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/maus-tratos-de-caes-e-gatos-em-ambiente-urbano-defesa-e-protecao-aos-animais/> Acesso em: 12 de julho de 2021.

NASCIMENTO, A. P. da S. Abandono de Animais de Companhia. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/54000/abandono-de-animais-de-companhia>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

NASCIMENTO, F. I. C. do; LIRA, E. M. O Uso das Geotecnologias Como Ferramenta Para o Mapeamento de Focos de Queimadas na Amazônia Sul-Occidental. **Revista Geonorte**, edição especial, vol. 02, n. 04, Amazonas: 2012, p. 1646 – 1654.

NASCIMENTO, R. A.; STEINKE, V. A. Apontamentos Teóricos para a Relação entre Paisagem e Fotografia na Geografia. Editora **UFPR. R. RA'E GA**, Curitiba, v. 44, p. 21-35, 2018.

NEVES, F. DE O. O “Lugar” da Pesquisa Qualitativa na Geografia: elementos para discussão. **V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**. Foz do Iguaçu, 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2018.

OLIVEIRA, F. E. de; GOMES, L. **Centro de Abrigo para Animais Abandonados**. UNIFACIG Centro Universitário. Minas Gerais: 2019.

OLIVEIRA, T.; NUNES, M. A. L. Análise Iconográfica: um caminho metodológico de pesquisa em história da educação. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 10 - n. 3 - p. 307-313 / set-dez 2010.

PHILO, C.; WILBERT, C. (Eds.). **Animal spaces, beastly places: new geographies of human animal relations**. New York: Routledge, 2000.

RAMOS, R.R. O Espaço na Investigação em Saúde: uma perspectiva geográfica? Universidade Estadual de Londrina. Paraná. **Geografia**. V.23, n. 1, p. 173-189, 2014.

REIS JÚNIOR, D. F. **Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia**. In: **In: Geo-grafia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Organizadores: Valdir Adilson Steinke, Dante Flávio Reis Júnior, Everaldo Batista Costa. – Brasília: Laboratório de Geoi-conografia e Multimídia – LAGIM, UnB, 2014.

SÁ, M. P. B. de O; LIMA, R. de C. Comitê de Ética em Pesquisas: necessidade obrigatória, obrigatoriedade necessária. **Revista Scielo**. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbccv/v25n3/v25n3a02.pdf>. Acessado em: 10 de novembro de 2020. SANTOS, F. de O. Geografia Médica ou Geografia da Saúde? Uma reflexão. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 01, n. 32, São Paulo: 2010, p. 41–51.

SANTOS, G. O. G. **Dinâmica Espacial do Mercado do Peixe do Portinho e suas Implicações para a Saúde – São Luís, Maranhão.** Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2021.

SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE DO MARANHÃO - SES. Dados atualizados do covid-19. Disponível em: <https://www.saude.ma.gov.br/boletins-covid-19/> Acesso em: 27 de setembro de 2021.

SILVA, F. J. L. T. da; ROCHA, D. F.; AQUINO, C. M. S. de. Geografia, Geotecnologias e as Novas Tendências de Geoinformação: indicação de estudos realizados na região Nordeste. **Revista Inter Espaço**, vol. 02, n. 06, Grajaú: 2016, p. 176–197.

SINGER, P. **Libertação animal.** Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.

SOUZA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.- dez. 2020.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem Quanti-Qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Revista Educação e Filosofia**, vol. 31, n. 61, Uberlândia: 2017, p.21-44.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

URBANIK J. Placing Animals: An introduction to the geography of human-animal relations. Lanham, Rowman & Littlefield, 206 p., 2012.

WOLCH, J.; EMEL, J. (Eds.). Theme issue on bringing the animals back in. In: **Environment and Planning D:Society and Space**, v. 13, 1995, p. 631-760.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - Roteiro semi-estruturado para entrevista com representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs)**

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Senhor(a) Gestor(a),**

**Esta é uma entrevista composta por 14 perguntas, e possui como objetivo conhecer a realidade das ONGs, sua importância perante o processo de abandono, bem como as dificuldades enfrentadas e suas possíveis soluções. Conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sua identidade será mantida em sigilo, e os dados desta entrevista serão utilizados para fins científicos. Esta entrevista será gravada em áudio e será transcrita, onde será entregue uma cópia da transcrição para o entrevistado.**

**Desde já agradecemos sua participação.**

**Instituição:**

**Idade:**

**Tempo de atuação (do entrevistado):**

1. Há quanto tempo é feito esse trabalho de resgate dos animais em situação de rua?
2. Quais as espécies de animais que a ONG trabalha/resgata?
3. Quais as áreas de São Luís de maior abandono?
4. Quais são os motivos, que você acredita, que levam os tutores a abandonarem os animais?
5. Qual o quantitativo de animais resgatados por ano?
6. Todos são de fato adotados?
7. Qual o destino dos que não conseguem um lar?
8. Após resgatados, quais as principais doenças detectadas?
9. Possui algum tipo de ajuda governamental? Se sim, qual?
10. A ONG apresenta algum tipo de parceria ou convenio com outras instituições?
11. Como a ONG financeiramente se sustenta? E como apoiar?
12. Quais as limitações que impedem o maior controle desse abandono de animais no Município?
13. A ONG possui algum meio ou forma de tentar conscientizar a população quanto o abandono? Se tem, quais?
14. Quais os principais desafios da ONG antes e durante a Pandemia por Covid-19?

**APÊNDICE B - Roteiro semiestruturado para entrevista com os Projetos (Organização Não-Governamental)**

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Senhor(a) Gestor(a),**

**Esta é uma entrevista composta por 14 perguntas, e possui como objetivo conhecer a realidade dos Projetos, sua importância perante o processo de abandono, bem como as dificuldades enfrentadas e suas possíveis soluções. Conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sua identidade será mantida em sigilo, e os dados desta entrevista serão utilizados para fins científicos. Esta entrevista será gravada em áudio e será transcrita, onde será entregue uma cópia da transcrição para o entrevistado.**

**Desde já agradecemos sua participação.**

**Instituição:**

**Idade:**

**Tempo de atuação (do entrevistado):**

1. Há quanto tempo é feito esse trabalho de resgate dos animais em situação de rua?
2. Quais as espécies de animais que vocês trabalham/resgatam?
3. Quais as áreas de São Luís de maior abandono?
4. Quais são os motivos, que você acredita, que levam os tutores a abandonarem os animais?
5. Já presenciaram ou resgataram algum animal que passou por maus tratos?
6. Qual o quantitativo de animais resgatados por ano?
7. Todos são de fato adotados?
8. Qual o destino dos que não conseguem um lar?
9. Após resgatados, quais as principais doenças detectadas? Vocês têm algum controle?
10. Possui algum tipo de ajuda governamental? Se sim, qual?
11. Vocês possuem algum tipo de parceria ou convenio com outras instituições?
12. Como vocês financeiramente se sustentam? E como apoiar?
13. Quais as limitações que impedem o maior controle desse abandono de animais no Município?
14. Quais os principais desafios antes e durante a Pandemia por Covid-19?

**APÊNDICE C – Roteiro semiestruturado para entrevista com representante de órgão público  
I.**

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Senhor (a) Gestor (a),**

**Esta é uma entrevista composta por 11 perguntas, e possui como objetivo conhecer sua atuação no Município de São Luís, assim como seus desafios. Conforme está descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sua identidade será mantida em sigilo, e os dados desta entrevista serão utilizados para fins científicos. Esta entrevista será gravada e será transcrita, onde será entregue uma cópia da transcrição para o senhor (a).**

**Desde já agradecemos sua participação.**

**Instituição:**

**Idade:**

**Tempo de atuação (do entrevistado):**

1. O órgão está em atividade? Há quanto tempo vocês realizam as atividades?
2. Quais as campanhas de atenção aos animais abandonados promovidos pelo município?
3. A instituição realiza o recolhimento de cães e gatos das ruas? Qual a destinação dos mesmos?
4. Tem convenio com alguma ONG ou entidade do tipo? Se sim, qual/quais?
5. Quais as áreas de São Luís que tem mais abandono?
6. Quais os motivos que levam os tutores a abandonarem seus animais?
7. E em relação aos maus tratos, já atenderam algum caso de animal que tenha sofrido?
8. E os tipos de doenças que mais atingem esses animais?
9. Qual a contribuição do órgão para a população?
10. Quais as limitações atuais das ações?
11. Quais os principais desafios do órgão antes e durante a Pandemia por Covid-19?

**APÊNDICE D** - Roteiro semiestruturado para entrevista com representante do órgão público II.

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Senhor(a) Gestor(a),**

**Esta é uma entrevista composta por 14 perguntas, e possui como objetivo conhecer a atuação do órgão no Município de São Luís. Conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sua identidade será mantida em sigilo, e os dados desta entrevista serão utilizados para fins científicos. Esta entrevista será gravada em áudio e será transcrita, onde será entregue uma cópia da transcrição para o senhor (a).**

**Desde já agradecemos sua participação.**

**Instituição:**

**Idade:**

**Tempo de atuação (do entrevistado):**

1. Há quanto tempo vocês realizam as atividades no Hospital Universitário?
2. Como é a estrutura física do hospital?
3. Como é a higienização do hospital? Se tem alguma empresa responsável por isso?
4. Quais as campanhas de atenção aos animais abandonados promovidos por vocês?
5. Quais as áreas de São Luís que tem mais abandono?
6. Quais os motivos que levam os tutores a abandonarem seus animais?
7. Quais as espécies de animais que o hospital atende?
8. E em relação aos maus tratos, já atenderam algum animal que tenha sofrido?
9. E os tipos de doenças que mais atingem esses animais?
10. Tem convenio com alguma ONG ou entidade do tipo? Se sim, qual/quais?
11. Qual a contribuição do Hospital Universitário para a população?
12. Quais as limitações atuais das ações do Hospital Universitário?
13. O que você acha que poderia melhorar em São Luís em relação a situação dos animais abandonados?
14. Quais os principais desafios do Hospital antes e durante a Pandemia por Covid-19?

**APÊNDICE E - Roteiro semiestruturado para entrevista com representante da instituição privada**

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Senhor(a) Gestor(a),**

**Esta é uma entrevista composta por 14 perguntas, e possui como objetivo conhecer a atuação da instituição no Município de São Luís. Conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sua identidade será mantida em sigilo, e os dados desta entrevista serão utilizados para fins científicos. Esta entrevista será gravada em áudio e será transcrita, onde será entregue uma cópia da transcrição para o senhor (a).**

**Desde já agradecemos sua participação.**

**Instituição:**

**Idade:**

**Tempo de atuação (do entrevistado):**

1. Há quanto tempo a empresa está em São Luís?
2. Tem convênio com alguma ONG, projeto ou entidade do tipo? Se sim, qual/quais?
3. Quais as campanhas de atenção aos animais abandonados promovidos por vocês?
4. Como ocorre a seleção dos insumos que são doados?
5. A empresa apresenta algum limite de doação para as ONGs e Projetos?
6. Quando os eventos de doações de cães e gatos começaram em São Luís?
7. Com que frequência ocorre os eventos de doações?
8. Esses eventos acontecem somente nas dependências da empresa?
9. Os animais passam por algum procedimento antes do evento de doação?
10. Quais são os maiores desafios da instituição em relação a causa animal? Em especial, sobre os eventos de adoção.
11. Qual o quantitativo médio de animais doados por ano nos eventos?
12. Porque você acha que existem animais abandonados em São Luís?
13. O que você acha que poderia melhorar em São Luís em relação a situação dos animais abandonados?
14. Quais os principais desafios dos eventos de doação antes e durante a Pandemia por Covid-19?



**APÊNDICE F – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO (TCLE) DIRECIONADO PARA ONGs, PROJETO, PROTETORES  
INDEPENDENTES, ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADO.**

Prezado (a) participante:

Esta pesquisa é sobre os **O Abandono de Animais Domésticos no Município de São Luís-MA e seus Impactos Socioambientais** e está sendo desenvolvida por Aldenice Correa Duarte, estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal do Maranhão, sob a orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. José Aquino Junior.

O principal objetivo do estudo é analisar os impactos socioambientais e consequências relacionadas ao abandono de cães e gatos no Município de São Luís -MA. A finalidade desta pesquisa está pautada em ponderar os riscos e os agravantes do abandono de cães e gatos em São Luís, dando ênfase na análise e caracterização das áreas identificadas em campo. Além de, fazer o mapeamento e elaborar mapas dos pontos que concentram maior número de animais abandonados.

Solicitamos sua colaboração para participar, de forma voluntária, da pesquisa por meio de uma entrevista a ser concedida por meio gravação de áudio, com duração máxima de 30 minutos. Além disso solicitamos sua autorização para realização de fotografias e/ou aparição em vídeos a serem gravados, caso discorde, o uso de sua imagem será mantido em sigilo.

Informamos que a pesquisa não oferece riscos/danos físicos à sua saúde, porém há como possibilidade o risco de você se sentir constrangido. No entanto, a fim de evitar/minimizar este risco, você poderá, a qualquer momento, desistir de sua participação no estudo, sem nenhum dano. Ressaltamos ainda que seu nome será mantido em sigilo absoluto, sendo revelado mediante sua autorização, sendo citado, apenas, o nome da organização pela qual o senhor (a) responde. Além disso, para sua segurança, o pesquisador não irá realizar visitas à Secretaria em caso de surgimento de sintomas gripais.

A pesquisa poderá contribuir para futuros projetos de intervenção voltados para o abandono de cães e gatos no Município de São Luís, no sentido de possibilitar uma análise socioespacial sobre os riscos e agravantes o Município enfrenta. O produto da pesquisa será entregue aos Órgãos Públicos, e poderá ser utilizado como base para a elaboração de políticas voltadas ao abandono de cães e gatos em São Luís.

O resultado deste trabalho será publicado para fins acadêmicos, em revistas, congressos, e outros espaços de divulgação de dados científicos, ou quando solicitado pela sociedade ou pela instituição.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não tem custo para o participante, pois será realizada em plataforma online de acesso gratuito, *Google Meet*. Caso haja alguma despesa do participante na participação da pesquisa ela será assumida pelo pesquisador.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato:

Aldenice Correa Duarte, e-mail: [ac.duarte@discente.ufma.br](mailto:ac.duarte@discente.ufma.br), Telefone (98) 98879-9264

José Aquino Junior, e-mail: [aquino.jose@ufma.br](mailto:aquino.jose@ufma.br), Telefone (98) 98150-6425

(Horário para contato: Segunda à Sexta, das 9h às 12h, 14h às 18h).

Para a realização deste trabalho, o mesmo responde ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (Presidente Dutra). O Comitê de Ética em Pesquisa é um grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes. Para dúvidas éticas sobre a pesquisa, favor entrar em contato:

Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário: Telefone (98) 2109 1250, endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar, Centro, São Luís-MA. CEP-65.020-070.

Este termo deve ser assinado e rubricado em duas (02) vias, sendo uma retida com o pesquisador e a outra com o participante da pesquisa.

---

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (trabalho de conclusão de curso, divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável/ membro da equipe

**APÊNDICE G – MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL  
DIRECIONADO PARA AS ONGs, ORGÃOS PÚBLICOS E PRIVADO.**

Eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de representante do \_\_\_\_\_, autorizo que a pesquisadora Aldenice Correa Duarte, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão, realize entrevista com um representante desta instituição, a qual fará parte de sua pesquisa intitulada “O Abandono de Animais Domésticos no Município de São Luís-MA e seus Impactos Socioambientais” a ser realizada na sede da instituição. Esta pesquisa é vinculada ao Centro de Ciências Humanas, sob orientação do professor Dr. José Aquino Junior.

Declaro que esta instituição apresenta estrutura necessária à realização da referida pesquisa. E estando ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizadas nesse estudo, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) Cumprimento das determinações da Resolução CNS n° 466/2012;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento do Estudo;
- 3) A ausência de despesas (decorrentes da participação nessa pesquisa) para esta instituição;
- 4) A liberdade de retirar minha anuência quanto a realização dessa pesquisa a qualquer momento, no caso do não cumprimento dos itens acima.

Esta declaração é válida apenas sob a condição de haver parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa ao qual o Estudo será submetido.

São Luís, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do representante da instituição

(carimbo da instituição)